

Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas
Condensadas Preparadas de Acordo com o IAS 34**

30 de setembro de 2020

Simples | Pessoal | Justo



Balanço Patrimonial	5
Demonstrações Consolidadas do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações	13
2. Base para consolidação	16
3. Ativos Financeiros	18
4. Ativos não correntes mantidos para venda	20
5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos	20
6. Ativo tangível	23
7. Ativo intangível - Ágio	24
8. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis	25
9. Passivos financeiros	25
10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	27
11. Patrimônio Líquido	31
12. Impostos sobre a renda	33
13. Detalhamento de contas de resultado	34
14. Plano de Benefícios a Funcionários	34
15. Segmentos operacionais	37
16. Transações com partes relacionadas	38
17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	45
18. Outras Divulgações	50
19. Eventos Subsequentes	59
ANEXO I – Demonstração do Valor Adicionado	60
Comentário de Desempenho	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes	70
Composição dos Órgãos da Administração	71



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas em 30 de setembro de 2020, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

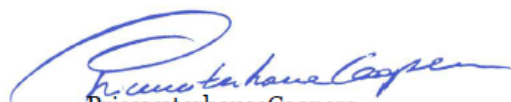
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de outubro de 2020



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanço Patrimonial

	Notas Explicativas	30/09/2020	Banco 31/12/2019
Disponibilidades		18.330.955	20.127.364
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.a	42.820.533	32.342.306
Instrumentos de Dívida		3.583.521	3.735.076
Derivativos		287.360	-
Reservas no Banco Central do Brasil		38.949.652	28.607.230
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	3.a	81.480.147	57.020.903
Instrumentos de dívida		49.775.405	34.885.631
Instrumentos de patrimônio		1.429.119	2.029.470
Derivativos	18.a	30.275.623	20.105.802
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	3.a	368.036	171.453
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		26.479	-
Instrumentos de patrimônio		341.557	171.453
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3.a	107.073.876	96.120.233
Instrumentos de Dívida		107.007.749	95.962.927
Instrumentos de Patrimônio		66.127	157.306
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.a	542.310.043	474.680.904
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		116.677.178	109.233.128
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		375.928.235	326.699.480
Instrumentos de Dívida		49.704.630	38.748.296
Derivativos Utilizados como Hedge	18.a	1.321.114	339.932
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	4	1.187.804	1.325.335
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	5	1.135.488	1.070.762
Ativos Fiscais		46.955.864	33.599.178
Correntes		6.103.331	3.304.116
Diferidos		40.852.533	30.295.062
Outros Ativos		8.732.479	5.061.337
Ativo Tangível	6	9.515.905	9.781.957
Ativo Intangível		30.678.292	30.595.788
Ágio	7	28.361.953	28.375.004
Outros Ativos Intangíveis	8	2.316.339	2.220.784
Total do Ativo		891.910.536	762.237.452

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	30/09/2020	Banco 31/12/2019
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	9.a	68.458.455	46.064.669
Derivativos	18.a	35.744.711	22.229.016
Posições Vendidas		32.713.744	23.835.653
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	9.a	6.149.411	5.319.416
Outros passivos financeiros		6.149.411	5.319.416
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	9.a	675.137.211	575.230.401
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		87.015.664	99.271.415
Depósitos de Clientes		462.350.526	336.514.597
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		60.227.261	73.702.474
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		14.473.733	10.175.961
Outros Passivos Financeiros		51.070.027	55.565.954
Derivativos Utilizados como Hedge	18.a	232.285	200.961
Provisões	10	14.510.605	16.331.825
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		3.725.905	4.960.620
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		10.784.700	11.371.205
Passivos Fiscais		9.492.339	10.960.075
Correntes		5.020.528	5.419.202
Diferidos		4.471.811	5.540.873
Outras Obrigações		14.121.707	10.920.944
Total do Passivo		788.102.013	665.028.291
Patrimônio Líquido	11	104.407.684	96.736.290
Capital social		57.000.000	57.000.000
Reservas		40.150.042	34.877.493
Ações em Tesouraria		(791.604)	(681.135)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		-	(67.000)
Lucro do Período Atribuível à Controladora		9.709.246	16.406.932
Menos: dividendos e remuneração		(1.660.000)	(10.800.000)
Outros Resultados Abrangentes		(912.321)	(85.710)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		103.495.363	96.650.580
Participações Não-Controladoras		313.160	558.581
Total do Patrimônio Líquido		103.808.523	97.209.161
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		891.910.536	762.237.452

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações Consolidadas do Resultado

	Nota explicativa	01/07 a 30/09/2020	01/07 a 30/09/2019	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2019
Receitas com juros e similares		14.732.550	18.660.727	47.995.173	55.352.909
Despesas com juros e similares		(3.615.934)	(7.367.212)	(14.749.195)	(22.283.787)
Receita Líquida com Juros		11.116.616	11.293.515	33.245.978	33.069.122
Receitas de instrumentos de patrimônio		5.473	1.315	24.075	9.012
Resultado de equivalência patrimonial	5.a	30.964	36.221	80.383	96.683
Receitas de tarifas e comissões		5.080.146	5.394.362	15.010.993	14.778.307
Despesas de tarifas e comissões		(1.053.579)	(1.427.551)	(3.215.606)	(3.224.342)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		711.685	3.111.975	14.178.134	2.087.833
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		135.335	196.382	938.618	281.340
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(39.228)	2.866.104	12.790.436	1.823.311
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		16.381	119.909	119.909	9.691
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(25.425)	(245.138)	(245.138)	(47.262)
Outros		624.622	574.309	574.309	20.753
Variações cambiais (líquidas)		(1.926.517)	(5.779.981)	(30.705.813)	(3.960.374)
Outras despesas operacionais (líquidas)		15.757	(376.739)	(422.747)	(986.528)
Total de Receitas		13.980.545	12.253.117	28.195.397	41.869.713
Despesas administrativas		(4.340.884)	(4.212.194)	(12.629.807)	(12.433.254)
Despesas com pessoal	13.a	(2.228.600)	(2.339.695)	(6.728.373)	(6.929.684)
Outras despesas administrativas	13.b	(2.112.284)	(1.872.499)	(5.901.434)	(5.503.570)
Depreciação e amortização		(665.287)	(611.552)	(1.912.200)	(1.768.458)
Ativo tangível	6.a	(521.132)	(477.795)	(1.515.646)	(1.376.681)
Ativo intangível	8	(144.155)	(133.757)	(396.554)	(391.777)
Provisões (líquidas)	10	(388.222)	(632.120)	(1.371.817)	(1.904.111)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(3.835.808)	(3.160.027)	(13.912.998)	(9.636.890)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e compromissos contingentes	3.b.2	(3.835.808)	(3.160.027)	(13.912.998)	(9.636.890)
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		-	-	-	-
Perdas com outros ativos (líquidas)		(4.737)	4.407	(17.006)	(6.375)
Outros ativos intangíveis	8	(677)	(858)	(20.477)	(2.251)
Outros ativos		(4.060)	5.265	3.471	(4.124)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		706	(8.447)	219.622	380
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		8.768	20.539	36.559	(111.091)
Resultado Operacional Antes da Tributação		4.755.081	3.653.723	(1.392.250)	16.009.914
Impostos sobre a renda	12	(951.086)	308.415	11.122.140	(4.886.293)
Lucro Líquido Consolidado do Período		3.803.995	3.962.138	9.729.890	11.123.621
Lucro atribuível à Controladora		3.799.373	3.908.035	9.709.246	10.953.661
Lucro atribuível às participações não-controladoras		4.622	54.103	20.644	169.960
Lucro por Ação (em Reais)					
Lucro básico por 1.000 ações					
Ações ordinárias		485,20	498,86	1.240,36	1.397,86
Ações preferenciais		533,72	548,75	1.364,40	1.537,64
Lucro diluído por 1.000 ações					
Ações ordinárias		485,20	498,86	1.240,36	1.397,86
Ações preferenciais		533,72	548,75	1.364,40	1.537,64
Lucro líquido atribuído - Básico					
Ações ordinárias		1.843.683	1.897.287	4.713.669	5.317.703
Ações preferenciais		1.955.690	2.010.748	4.995.577	5.635.958
Lucro líquido atribuído - Diluído					
Ações ordinárias		1.843.683	1.897.287	4.713.669	5.317.703
Ações preferenciais		1.955.690	2.010.748	4.995.577	5.635.958

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Básico

Ações ordinárias	3.799.830	3.803.239	3.800.235	3.804.187
Ações preferenciais	3.664.253	3.664.253	3.661.376	3.665.328

Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Diluído

Ações ordinárias	3.799.830	3.803.239	3.800.235	3.804.187
Ações preferenciais	3.664.253	3.664.253	3.661.376	3.665.328

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas condensadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Resultado Abrangente

	01/07 a 30/09/2020	01/07 a 30/09/2019	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2019
Lucro Líquido Consolidado do Período	3.803.995	3.962.138	9.729.890	11.123.621
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(769.347)	727.261	(1.491.586)	1.662.035
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(609.496)	628.426	(1.621.635)	1.541.348
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(1.181.766)	1.128.179	(3.055.427)	2.775.737
Impostos sobre a renda	572.270	(499.753)	1.433.792	(1.234.389)
Hedges de fluxo de caixa	(159.851)	98.835	130.049	120.687
Ajuste ao valor justo	(314.188)	181.327	213.976	237.686
Valores transferidos para a conta de resultado	-	(6.625)	-	6.767
Impostos sobre a renda	154.337	(75.867)	(83.927)	(123.766)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	(13.275)	(9.166)	664.974	(813.265)
Planos de Benefícios Definidos	(13.275)	(9.166)	664.974	(813.265)
Planos de Benefícios Definidos	(132)	437	1.275.717	(1.305.499)
Impostos sobre a renda	(13.143)	(9.603)	(610.743)	492.234
Total do Resultado Abrangente	4.330.844	4.680.233	8.903.278	11.972.391
Atribuível à controladora	4.326.222	4.626.130	8.882.634	11.802.431
Atribuível às participações não-controladoras	4.622	54.103	20.644	169.960
Total	4.330.844	4.680.233	8.903.278	11.972.391

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora													Outros Resultados Abrangentes	
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas	Ações em tesouraria	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio à controladora	Lucro do Período atribuído à controladora	Dividendos e remuneração	Patrimônio líquido	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento	Total	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		57.000.000	30.377.693	(461.432)	(1.017.000)	12.582.477	(6.600.000)	91.881.738	1.992.581	(3.071.040)	859.370	(659.774)	91.002.875	592.585	91.595.460
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	10.953.661	-	10.953.661	1.541.348	(813.265)	-	120.687	11.802.431	169.960	11.972.391
Lucro líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	10.953.661	-	10.953.661	-	-	-	-	10.953.661	169.960	11.123.621
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	1.541.348	(813.265)	-	120.687	848.770	-	848.770
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	1.541.348	-	-	-	1.541.348	-	1.541.348
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	(813.265)	-	-	(813.265)	-	(813.265)
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.687	120.687	-	120.687
Apropriação do lucro líquido do exercício		-	12.582.477	-	-	(12.582.477)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de Aquisição de Instrumento Próprio		-	(950.000)	-	950.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio 11.b		-	(6.600.000)	-	-	-	3.600.000	(3.000.000)	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Remuneração baseada em ações		-	(31.067)	-	-	-	-	(31.067)	-	-	-	-	(31.067)	-	(31.067)
Ações em tesouraria		-	-	(178.240)	-	-	-	(178.240)	-	-	-	-	(178.240)	-	(178.240)
Resultados de ações em tesouraria		-	4.221	(1.527)	-	-	-	2.694	-	-	-	-	2.694	-	2.694
Outros		-	(32.733)	-	-	-	-	(32.733)	-	-	-	-	(32.733)	(106.973)	(139.706)
Saldos em 30 de setembro de 2019		57.000.000	35.350.591	(641.199)	(67.000)	10.953.661	(3.000.000)	99.596.053	3.533.929	(3.884.305)	859.370	(539.087)	99.565.960	655.572	100.221.532
Saldos em 31 de dezembro de 2019		57.000.000	34.877.492	(681.135)	(67.000)	16.406.932	(10.800.000)	96.736.289	3.345.283	(3.746.537)	859.370	(543.825)	96.650.580	558.581	97.209.161
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	9.709.246	-	9.709.246	(1.621.635)	664.974	-	130.048	8.882.633	-	8.882.633
Lucro líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	9.709.246	-	9.709.246	-	-	-	-	9.709.246	-	9.709.246
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(1.621.635)	664.974	-	130.048	(826.613)	-	(826.613)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(1.621.635)	-	-	-	(1.621.635)	-	(1.621.635)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	664.974	-	-	664.974	-	664.974
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130.048	130.048	-	130.048
Apropriação do lucro líquido do exercício anterior		-	16.406.932	-	-	(16.406.932)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de Aquisição de Instrumento Próprio		-	(625.690)	-	67.000	-	-	(558.690)	-	-	-	-	(558.690)	-	(558.690)
Dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício anterior		-	(10.800.000)	-	-	-	9.140.000	(1.660.000)	-	-	-	-	(1.660.000)	-	(1.660.000)
Ações em tesouraria		-	-	(110.469)	-	-	-	(110.469)	-	-	-	-	(110.469)	-	(110.469)
Resultados de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros		-	291.308	-	-	-	-	291.308	-	-	-	-	291.308	(245.421)	45.887
Saldos em 30 de setembro de 2020		57.000.000	40.150.042	(791.604)	-	9.709.246	(1.660.000)	104.407.684	1.723.648	(3.081.563)	859.370	(413.777)	103.495.362	313.160	103.808.522

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2019
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido consolidado do período		9.729.890	11.123.621
Ajustes ao lucro		(3.653.404)	10.559.543
Depreciação do ativo tangível	6-a	1.515.646	1.376.681
Amortização do ativo intangível	8	396.555	391.777
Perdas com outros ativos (líquidas)		17.006	6.375
Provisões e perdas com ativos financeiros (líquidas)		15.284.815	11.541.001
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		(256.181)	110.711
Participação no resultado de equivalência patrimonial	5-a	(80.383)	(96.683)
Variação nos ativos e passivos fiscais diferidos	12	(14.321.510)	(708.905)
Atualização de Depósitos Judiciais		(219.447)	(443.041)
Atualização de Impostos a Compensar		(120.220)	(74.437)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		2.295	(507)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(5.823.766)	(1.622.643)
Outros		(48.214)	79.214
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(113.217.873)	(37.724.731)
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		(16.220.070)	39.069
Outros Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado		(12.755.060)	13.562.266
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(24.459.244)	5.100.476
Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		(196.583)	630.866
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(9.452.663)	(4.295.618)
Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado		(67.341.831)	(52.313.508)
Outros ativos		17.207.578	(448.282)
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais		146.340.483	33.176.033
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		22.393.786	(6.132.848)
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		627.466	3.453.637
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		123.203.540	30.319.411
Outros passivos		115.691	5.535.833
Impostos pagos		(784.097)	(4.733.342)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		38.414.999	12.401.124
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(1.889.434)	(3.299.922)
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada		(3.373)	(1.298.630)
Ativo tangível		(1.414.874)	(1.408.262)
Ativo intangível		(471.188)	(547.805)
Ativos não correntes mantidos para venda		-	(45.245)
Reestruturação Societária		1	20
Alienação		774.333	683.830
Ativo tangível		181.279	80.801
Ativos não correntes mantidos para venda		447.036	504.134
Alienação de Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto		-	6.254
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		146.018	92.641
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		(1.115.101)	(2.616.092)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
		-	-
Aquisição de ações próprias		(110.469)	(178.240)
Emissão de outros passivos financeiros exigíveis a longo prazo		47.640.769	41.410.063
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(8.429.908)	(6.111.942)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo		(67.167.344)	(43.268.103)
Pagamentos de dívida subordinada		-	(9.924.747)
Pagamentos de Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(458.645)	(328.892)
Aumento em participações não-controladoras		(2.123)	21.311
Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações não-controladoras		-	100.000
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		(28.527.720)	(18.280.550)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		(2.295)	507
Aumento Líquido nas Disponibilidades (1+2+3+4)		8.769.883	(8.495.011)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		21.443.663	25.285.160
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		30.213.546	16.790.149

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Nota Explicativa	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2019
Componentes do caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades e Reservas do Banco Central		3.881.868	14.968.079
Empréstimos e outros valores		26.331.678	1.822.070
Total de caixa e equivalentes de caixa		30.213.546	16.790.149
Transações não monetárias			
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos para ativos não correntes mantidos para venda		341.613	600.251
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos		-	1.000.000
Informações complementares			
Juros recebidos		35.405.636	54.637.661
Juros pagos		(13.973.268)	(21.681.447)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, crédito consignado, plataformas digitais, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas para o período findo em 30 de setembro de 2020 na reunião realizada em 26 de outubro de 2020.

As referidas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes, de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco Santander.

b) Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas condensadas foram elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela Accountant Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras Informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações

Na data de preparação destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 01 de janeiro de 2020 e ainda não foram adotadas pelo Banco são:

• **Alterações a IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39** - Desde setembro de 2019, o IASB promoveu algumas alterações no IFRS 9 e IAS 39 bem como a norma de divulgação relacionada, IFRS 7, no que se refere a alguns requerimentos específicos sobre contabilidade de Hedge. Essas mudanças fazem parte das fases do projeto IBOR (taxas referenciais na Europa) e visam prover segurança sobre os efeitos potenciais e preparar a norma para quando da efetiva vigência das novas taxas de referência de que trata o projeto, que está em andamento pelo IASB. Apesar destas alterações terem como data de vigência, janeiro 2020, a previsão do órgão é de que as novas taxas referenciais passem a ser efetivas em 2021.

O Banco Santander está acompanhando as fases do projeto IBOR e avaliando os possíveis impactos que serão gerados quando da implementação das novas taxas por meio de um projeto Global, assim, até o momento não há o que se falar em impactos nos registros efetuados.

• **Alteração ao IFRS 16** - Em maio de 2020, o IASB publicou uma alteração ao IFRS 16 que é válida para reportes anuais com início em, ou após, 1º de junho 2020 adicionando expediente prático que determina que modificações na contraprestação paga por arrendamento que sejam provenientes de alguma concessão feita por decorrência da pandemia da COVID-19 não sejam caracterizadas modificações de arrendamento.

Fica determinado que as características para que essa modificação se caracterize como uma mudança decorrente da COVID-19 são:

- As mudanças resultem em contraprestações menores do que as anteriormente estabelecidas;
- Pagamentos originalmente devidos em, ou antes de, 30 de junho de 2021; e
- Não haja mudanças substanciais nos outros termos e condições do arrendamento.

Caso o expediente prático seja adotado, deve haver a identificação e descrição nas demonstrações financeiras. Até a publicação deste relatório, não foram identificadas situações em que este expediente prático pudesse ser aplicado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

• **IFRS 17** - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2022. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Santander está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

c.2) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.2.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

Resolução nº4.797 foi revogada, e substituída pela Resolução nº 4820, a qual vigora a partir de 29 de maio de 2020 e determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de:

- (i) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima do:
 - (a) montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações;
 - (b) montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas
- (ii) recomprar ações próprias (será permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor da Resolução);
- (iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos em que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;
- (iv) aumentar qualquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas;

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) até 31 de dezembro de 2020.

Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e Cofins. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorrem da aplicação das respectivas alíquotas sobre o lucro real, e as alíquotas de PIS e Cofins aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real para fins tributários nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 2.aa das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

ii. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

As notas 2.e & 47.c8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019, apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na nota 2.x das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.r às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019, apresentam informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2019 e 30 de setembro de 2020, data da preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na nota 7.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas e Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 5.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	85	-	78,58%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	238.886	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	2.877	-	100,00%	100,00%
Santander CCVM	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras	7.184	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A.	Instituição de Pagamento	69.565	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Recuperação de Créditos					
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	Inadimplidos	1.464.627	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	481.196	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A.	Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Outras	7.417	-	94,60%	94,60%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios)	Outras	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Outras	10.001	-	100,00%	100,00%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras	6.950	-	100,00%	100,00%
Santander Tecnologia e Inovação Ltda.	Outras	5.045	-	100,00%	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale) (Nota 2.c.c)	Outras	75.050	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA	Banco	105	-	-	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	-	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Outras	17.084	-	-	100,00%
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	-	100,00%
Controlada da Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)					
Return Gestão de Recursos S.A. (atual denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A.)	Gestora de Recursos	11	-	-	100,00%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Outras	22.452	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A.					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras	3.865	-	-	100,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos (5); e
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (6).
- Atual – Fundo de Investimento Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior (7).

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de outubro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação do BRL V – Fundo de Investimento Imobiliário – FII para Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(3) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(4) Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e é controlado indiretamente pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(5) Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018 e é controlado através do Banco Bandepe S.A.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

(7) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A..

Em 28 de fevereiro de 2020 foi realizada a venda para a Superdigital Holding Company, S.L. sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270 milhões. Como resultado, a Companhia deixou de ser acionista da Superdigital.

b) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A..

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R\$1,6 bilhão ("Operação"), a ser pago na data de fechamento da Operação.

Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan à Companhia e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$ 1.608.772.783,47. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA.

Em 24 de março de 2020 foi realizada a aquisição pela Companhia das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing LTDA ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099.854, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A e Auttar HUT Processamento de Dados LTDA. Como resultado, a Companhia passou a ser acionista direta da Toque Fale e detentora de 100% do seu capital.

d) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curso prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

e) Incorporações do Banco Olé Consignado e Bosan Participações S.A.

Em 31 de agosto de 2020 os acionistas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil") aprovaram a incorporação, pelo Santander Brasil, do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A. As incorporações (i) não resultaram em um aumento do capital social do Santander Brasil; e (ii) estão sujeitas à homologação do Banco Central do Brasil.

3. Ativos Financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está demonstrada abaixo:

	30/09/2020						
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado		Total
Reservas no Banco Central do Brasil	38.949.652	-	-	-	-	-	38.949.652
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	116.677.178	-	116.677.178
Sendo:							
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	116.687.004	-	116.687.004
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(9.826)	-	(9.826)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	26.479	-	375.928.235	-	375.954.714
Sendo:							
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (1)	-	-	26.479	-	399.863.458	-	399.889.937
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(23.935.223)	-	(23.935.223)
Instrumentos de dívida	3.583.521	49.775.405	-	107.007.749	49.704.630	-	210.071.305
Sendo:							
Instrumentos de dívida	3.583.521	49.775.405	-	107.007.749	51.383.998	-	211.750.673
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(1.679.368)	-	(1.679.368)
Instrumentos de patrimônio	-	1.429.119	341.557	66.127	-	-	1.836.803
Derivativos	287.360	30.275.623	-	-	-	-	30.562.983
Total	42.820.533	81.480.147	368.036	107.073.876	542.310.043	774.052.635	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

31/12/2019

	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	28.607.230	-	-	-	-	28.607.230
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	109.233.128	109.233.128
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	109.246.671	109.246.671
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(13.543)	(13.543)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	326.699.480	326.699.480
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (1)	-	-	-	-	347.256.660	347.256.660
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(20.557.180)	(20.557.180)
Instrumentos de dívida	3.735.076	34.885.631	-	95.962.927	38.748.296	173.331.930
Sendo:						
Instrumentos de dívida	3.735.076	34.885.631	-	95.962.927	40.803.323	175.386.957
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(2.055.027)	(2.055.027)
Instrumentos de patrimônio	-	2.029.470	171.453	157.306	-	2.358.229
Derivativos	-	20.105.802	-	-	-	20.105.802
Total	32.342.306	57.020.903	171.453	96.120.233	474.680.904	660.335.799

(1) Em 30 de setembro de 2020, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente às operações da carteira de crédito cedida é de R\$ 59.820 (31/12/2019 - R\$76.028) e R\$ 59.713 (31/12/2019 - R\$75.500) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa 2 às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de setembro de 2020, o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (*impairment*). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito e adiantamentos a clientes

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em "Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito e Adiantamentos a Clientes" nos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 foram as seguintes:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2019
Saldo no início do período	22.625.750	22.969.315
Provisão para perdas com ativos financeiros e recuperação de empréstimos baixados para prejuízo	14.400.650	10.467.110
Provisão para perdas com ativos financeiros e recuperação de empréstimos baixados para prejuízo	(11.401.982)	(10.918.207)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	25.624.417	22.518.218
Provisões para compromissos contingentes (Nota 10.a)	705.235	548.664
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	26.329.651	23.066.882
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	540.455	830.220

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado" e as "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo", as "Perdas com ativos financeiros - Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado" (anteriormente classificada como Perdas com empréstimos e recebíveis) totalizavam R\$13.912.998 e R\$ 9.636.890 nos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e adiantamentos a clientes" considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 são os seguintes:

	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2019
Saldo no início do período	23.426.076	22.425.801
Adições líquidas	10.725.560	11.009.495
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(11.374.434)	(10.918.207)
Saldo no final do período	22.777.202	22.517.089

d) Provisões para compromissos contingentes

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avaliado não cumprir com suas obrigações contatuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões para o período de três meses findo em 30 de setembro de 2020 e de 2019.

	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2019
Saldo no início do período	683.917	626.267
Constituição (Reversão) de provisão para compromissos contingentes	21.318	(77.603)
Saldo no final do período (Nota 3.b.2)	705.235	548.664

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			30/09/2020	31/12/2019
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização(1)(2)(6)	Securitização	Brasil	0,00%	0,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos (5)	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A. (3)	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (4)	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Norchem Holding e Negócios S.A. (1)	Outras Atividades	Brasil	21,75%	21,75%

	30/09/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander						
Banco RCI Brasil S.A.	11.430.530	10.058.586	99.951	13.452.716	12.174.504	263.851
Norchem Participações e Consultoria S.A.	70.475	27.781	534	69.865	27.709	1.949
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	11.562	39	148	35.314	311	1.790
Gestora de Inteligência de Crédito	1.126.424	933.115	(45.410)	527.362	288.643	(56.769)
Santander Auto S.A.	71.807	38.466	(3.376)	36.361	11.613	(4.339)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros						
Webmotors S.A.	512.687	78.856	21.529	484.454	60.734	61.212
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.458.594	1.612.822	46.735	2.382.907	1.564.801	63.046
Hyundai Corretora de Seguros	2.076	251	(43)	1.909	41	(132)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	2.168	841	247	3.870	2.788	1.313
Influência Significativa do Banco Santander						
Norchem Holding e Negócios S.A.	126.877	29.391	(225)	126.937	29.226	2.650
Total	15.813.199	12.780.148	120.091	17.121.695	14.160.370	334.571

	Investimentos		Resultado	
	30/09/2020	31/12/2019	01/01 a	01/01 a
			30/09/2020	30/09/2019
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	547.281	509.890	55.441	61.700
Norchem Participações e Consultoria S.A.	20.872	21.078	333	796
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	-	-	-	75
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	1.280	3.889	16	175
Gestora de Inteligência de Crédito	34.161	47.744	(13.583)	(7.873)
Campo Grande Empreendimentos	255	255	-	-
Santander Auto S.A.	15.818	12.374	(2.355)	(247)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A.	322.850	296.216	26.635	32.382
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	170.298	156.589	13.709	8.853
Hyundai Corretora de Seguros	979	934	46	6
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	714	541	174	373
Influência Significativa do Banco Santander				
Norchem Holding e Negócios S.A.	20.980	21.252	(33)	443
Total	1.135.488	1.070.762	80.383	96.683

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/03/2020 a posição de 29/02/2020.

(2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(3) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

(4) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (5) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., um dos sócios da Companhia. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da companhia, a qual depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, proceder-se-á à liquidação da companhia e cada sócio receberá sua parte do patrimônio social.
- (6) Em 24 de julho de 2019, o Banco Santander alienou a totalidade de sua participação no capital social da CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização (“CIBRASEC”), correspondente a 4.000 ações ordinárias e 50 ações preferenciais, para a ISEC Securitizadora S.A. pelo valor de R\$ 9.845.611,54. Em virtude do fechamento da transação, o Banco Santander deixou de ser acionista da CIBRASEC.

(*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

(**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

b) Variação

Abaixo estão as variações no saldo desse item nos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	01/01 a 30/09/2020		01/01 a 30/09/2019	
	Controle conjunto	Influência Significativa	Controle conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do exercício	1.049.510	21.252	1.032.382	20.933
Mudança de escopo de consolidação	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(18.050)	-	(16.153)	-
Baixas	(2.625)	-	(57.327)	-
Resultados equivalência patrimonial	80.416	(33)	96.240	443
Dividendos propostos/recebidos	(741)	(239)	(19.367)	(257)
Aumento de Capital em Controlada em Conjunto	5.998	-	7.000	-
Outros	-	-	(941)	-
Saldo no final do exercício	1.114.508	20.980	1.041.834	21.119
Total dos Investimentos		1.135.488		1.062.953

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas controladas em conjunto:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.
- **Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte como arrendatário de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os períodos encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Obras em curso e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.997.033	1.307.110	3.948.795	2.526.965	2.053	9.781.956
Adições	54.930	342.816	556.985	442.788	-	1.397.519
Baixas	(11.092)	17.355	(55.987)	(114.200)	-	(163.924)
Depreciações do período	(67.740)	(389.652)	(627.378)	(430.876)	-	(1.515.646)
Impairment / Reversão no período	-	-	9.733	-	-	9.733
Transferências	(5.401)	177.287	(164.814)	-	(805)	6.267
Saldos em 30 de setembro de 2020	1.967.730	1.454.916	3.667.334	2.424.677	1.248	9.515.905
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.004.335	913.613	3.669.344	-	1.683	6.588.975
Adoção inicial IFRS 16 (Nota 1.b)	-	-	-	2.465.750	-	2.465.750
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.004.335	913.613	3.669.344	2.465.750	1.683	9.054.725
Adições	85.279	588.374	734.236	504.603	373	1.912.865
Baixas	(1.271)	(6.269)	(73.261)	(47.817)	-	(128.618)
Depreciações do período	(69.634)	(353.244)	(536.097)	(417.706)	-	(1.376.681)
Impairment / Reversão no período	86	-	14.402	-	-	14.488
Transferências	4.055	4.003	26.057	-	-	34.115
Saldos em 30 de setembro 2019	2.022.850	1.146.477	3.834.681	2.504.830	2.056	9.510.894

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Perdas por não recuperação

No trimestre findo em 30 de setembro de 2020 não houve impacto de uma despesa de impairment (30/09/2019 – despesa de impairment de R\$14,4 milhões).

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 30 de setembro de 2020, o Banco possui R\$ 78,9 milhões em compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível (31/12/2019 – R\$0)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

7. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 1.v) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 15).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2019. Ao longo do primeiro trimestre de 2020, não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável do ágio.

	30/09/2020	31/12/2019
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565
Olé Consignado	62.800	62.800
Super Pagamentos	-	13.050
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557
Getnet S.A.	1.039.304	1.039.304
Return Capital Serviços e Recuperação de Créditos S.A.	24.346	24.346
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.382
Total	28.361.953	28.375.004

Banco Comercial
31/12/2019

Principais premissas:

Bases para determinação do valor recuperável

Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	4,8%
Taxa de desconto (2)	12,5%

- (1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.
- (2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos em 31 de dezembro de 2019 foi de 17,78%.

O teste de recuperabilidade foi realizado ao longo do segundo semestre de 2019. O ágio é testado para fins de impairment ao final de cada exercício ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável. No período findo em 30 de setembro de 2020, não houve evidências de impairment que levassem à necessidade de atualização do teste efetuado em 2019 antes de sua realização regular.

No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados. Com a variação de +0,25% ou -0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continuam a indicar a inexistência de impairment.

Em janeiro de 2020, o Banco Santander adquiriu a participação remanescente sobre o Banco Olé Consignado, no valor de R\$ 1.608 milhões, gerando um ágio de R\$ 982 milhões. Em junho de 2020, foi concluído o PPA de alocação do ágio, no qual foram identificados dois ativos intangíveis, no valor total de R\$ 371 milhões.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	Movimentação de:					
	31/12/2019 a 30/09/2020			31/12/2018 a 30/09/2019		
	Desenvolv. de Tecnologia da Informação		Total	Desenvolv. de Tecnologia da Informação		Total
	Outros Ativos			Outros Ativos		
Saldo inicial	2.178.691	42.093	2.220.784	1.556.870	83.830	1.640.700
Adições	575.779	4.232	580.010	726.088	4.191	730.279
Baixas	(100.248)	(8.575)	(108.823)	(182.352)	(122)	(182.474)
Transferências	37.147	4.252	41.399	222.985	-	222.985
Amortizações no Período	(392.530)	(4.025)	(396.554)	(377.236)	(14.541)	(391.777)
Impairment no Período (1)	(20.477)	-	(20.477)	(2.251)	-	(2.251)
Saldo final	2.278.361	37.978	2.316.339	1.944.104	73.358	2.017.462
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos		5 anos	Até 5 anos	

(1) Em 2020 e 2019, refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

9. Passivos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	30/09/2020			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	87.015.664	87.015.664
Depósitos de clientes	-	-	462.350.526	462.350.526
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	60.227.261	60.227.261
Derivativos	35.744.711	-	-	35.744.711
Posições vendidas	32.713.744	-	-	32.713.744
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	14.473.733	14.473.733
Outros passivos financeiros	-	6.149.411	51.070.027	57.219.438
Total	68.458.455	6.149.411	675.137.211	749.745.077

	31/12/2019			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	99.271.415	99.271.415
Depósitos de clientes	-	-	336.514.597	336.514.597
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	73.702.474	73.702.474
Derivativos	22.229.016	-	-	22.229.016
Posições vendidas	23.835.653	-	-	23.835.653
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	10.175.961	10.175.961
Outros passivos financeiros	-	5.319.416	55.565.954	60.885.370
Total	46.064.669	5.319.416	575.230.401	626.614.486

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	30/09/2020	31/12/2019
Depósitos à vista (1)	344.650	685.026
Depósitos a prazo (2)	68.611.356	56.602.470
Operações compromissadas	18.059.657	41.983.919
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	9.887.557	9.506.255
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	8.172.100	32.477.663
Total	87.015.663	99.271.415

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.2) Depósitos de clientes

	30/09/2020	31/12/2019
Depósitos à vista	108.641.937	77.271.336
Contas correntes (1)	49.059.438	28.231.479
Cadernetas de poupança	59.582.499	49.039.857
Depósitos a prazo	281.583.603	200.739.544
Operações compromissadas	72.124.985	58.503.717
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	-	9.506.255
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	72.124.985	48.997.462
Total	462.350.526	336.514.597

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/09/2020	31/12/2019
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	19.945.960	21.266.079
Eurobonds	9.353.807	8.715.382
Letras financeiras (2)	14.572.032	27.587.340
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (3)	15.062.524	14.776.877
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	1.292.938	1.356.796
Total	60.227.261	73.702.474

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de setembro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2020 e 2025 (31/12/2019 – com prazo de vencimento entre 2020 e 2026).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de setembro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2020 e 2025 (31/12/2019 - com prazo de vencimento entre 2020 e 2025).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de setembro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2023 (31/12/2019 - com prazo de vencimento entre 2021 e 2022).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" no período findo em 30 de setembro de 2020 e de 2019 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2019
Saldo no início do período	73.702.474	74.626.232
Emissões	47.640.769	41.410.063
Pagamentos	(67.167.344)	(43.268.103)
Juros	3.057.033	3.844.668
Varição cambial e outros	2.994.329	273.903
Saldo no final do período	60.227.261	76.886.763

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	30/09/2020	31/12/2019
					Total	Total
Eurobonds	2017	2020 BRL		4,4%	8.196	929.042
Eurobonds	2017	2021 BRL		4,4%	15.778	63.181
Eurobonds	2017	2024 USD		2,4% a 10,0%	914.651	664.996
Eurobonds	2018	2020 USD		Até 3,5%	-	37.476
Eurobonds	2018	2020 USD		Acima de 3,5%	-	35.438
Eurobonds	2018	2024 USD		6,6% a 6,7%	1.734.184	1.260.099
Eurobonds	2018	2025 USD		Até 9%	1.848.437	1.427.601
Eurobonds	2019	2020 USD		0% a 4,4%	3.493.714	3.556.724
Eurobonds	2019	2027 USD		CDI + 6,4%	1.338.846	727.118
Outros					-	13.707
Total					9.353.806	8.715.382

b.4) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Patrimônio de Referência, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)(2)	30/09/2020	31/12/2019
Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,3%	7.221.222	5.092.153
Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,1%	7.252.511	5.083.808
Total					14.473.733	10.175.961

(1) Juros pagos semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.

Estes instrumentos foram adquiridos na sua emissão, substancialmente, pelo Banco Santander Espanha (Nota 16.d).

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos findos 30 de setembro de 2020 e de 2019 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2019
Saldos no início do período	10.175.961	9.779.943
Juros Nível I (1)	392.105	282.001
Juros Nível II (1)	305.360	238.243
Varição Cambial	4.058.951	713.575
Pagamento de juros - Nível I	(248.611)	(178.278)
Pagamento de juros - Nível II	(210.034)	(150.614)
Saldo no final do período	14.473.733	10.684.870

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisão para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	30/09/2020	31/12/2019
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	3.725.905	4.960.620
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	10.784.700	11.371.205
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	103.829	103.272
Processos judiciais e administrativos	8.909.587	9.226.735
Sendo:		
Cíveis	3.411.624	3.201.061
Trabalhistas	3.187.892	3.504.296
Fiscais e Previdenciárias	2.310.071	2.521.378
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	705.234	683.918
Provisões diversas	1.066.050	1.357.280
Total	14.510.605	16.331.825

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos.

b.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- **PIS e Cofins** - R\$3.806.791 (31/12/2019 - R\$3.755.556): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei N° 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável, registrado na linha de "Provisões".

Os principais temas discutidos nesses processos são:

- **Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** - R\$923.958 (31/12/2019 - R\$906.355): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação foi sentenciada improcedente e, atualmente, aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal (TRF 3). Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.
- **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - R\$37.279 (31/12/2019 - R\$282.053) o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.
- **Imposto sobre Serviços (ISS)** - Instituições Financeiras - R\$240.209 (31/12/2019 - R\$224.631): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

b.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa, segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração ou, alternativamente, PLR, aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975. O bônus não foi pago em 1994 e 1995 porque o banco não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. A ação foi julgada procedente pelo Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que, por decisão monocrática, indeferiu o apelo. Uma ação rescisória foi proposta para desconstituir a decisão da ação principal e suspender a execução. Há uma decisão liminar vigente que autoriza a realização de atos executórios necessários para dar prosseguimento à execução até a penhora, ficando, no entanto, vedados quaisquer atos de apreensão de bens ou bloqueio de numerário até o julgamento da ação rescisória. Em 30 de setembro de 2020, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

b.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

- **Ações de Caráter Indenizatório** - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.
- **Planos Econômicos** - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, foi determinada a suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão, por dois anos da homologação do acordo.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos. A homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

b.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$26.254 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de setembro de 2020, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$4.366 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de setembro de 2020, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$3.479 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de setembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$4.707 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 30 de setembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$1.436 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de setembro de 2020, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$613 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2020, o valor era de R\$1.069 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 30 de setembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$644 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente ao Banco. Em julho de 2020, o Banco ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de setembro de 2020, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$487 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$210 milhões, excluindo os processos abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

aposentadoria pelo IGPD para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória, foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado "zero" em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.665 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

b.5) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$102.977 R\$213 e R\$639 (31/12/2019 - R\$102.482, R\$213 e R\$578), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/09/2020			Em Milhares de Ações 31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	117.247	142.822	260.069	90.069	115.785	205.854
De Domiciliados no Exterior	3.701.448	3.537.014	7.238.462	3.728.626	3.564.051	7.292.677
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(18.838)	(18.838)	(37.676)	(16.702)	(16.702)	(33.404)
Total em Circulação	3.799.857	3.660.998	7.460.855	3.801.993	3.663.134	7.465.127

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4820, de 29 de maio de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil paguem juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social, inclusive por antecipação, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A seguir distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

	30/09/2020						
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	890.000	113,7129	125,0842	238,7972	96,6560	106,3216	202,9776
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	770.000	98,3793	108,2172	206,5965	83,6224	91,9846	175,6070
Total	1.660.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

	31/12/2019						
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1) (6)	1.000.000	127,5853	140,3438	267,9291	108,4475	119,2922	227,7397
Juros sobre o Capital Próprio (2) (6)	1.000.000	127,6399	140,4039	268,0438	108,4939	119,3433	227,8372
Juros sobre o Capital Próprio (3) (6)	1.000.000	127,6610	140,4271	268,0881	108,5119	119,3631	227,8750
Juros sobre o Capital Próprio (4) (6)	1.010.000	128,9673	141,8641	270,8314	109,6222	120,5844	230,2066
Dividendos Intercalares (5) (6)	6.790.000	867,0180	953,7197	1.820,7377	-	-	-
Total	10.800.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2019, pagos no dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2019, pagos em 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor de juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 05 de novembro de 2019, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.256.072 Units, representativas de 37.256.072 ações ordinárias e 37.256.072 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2019, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2019, o Banco Santander possuía 15.843.587 ações ordinárias e 15.843.587 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 5 de novembro de 2019, encerrando-se em 4 de novembro de 2020.

	Banco/Consolidado Em Milhares de Ações	
	30/09/2020	31/12/2019
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período	16.702	13.317
Aquisições de Ações	5.052	6.465
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(2.916)	(3.080)
Ações em Tesouraria no Final do Período	18.838	16.702
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	789.832	R\$679.364
Custos de Emissão em Milhares de Reais	1.771	R\$1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	791.603	R\$681.135
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo (*)	7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado (*)	33,24	R\$32,10
Custo Máximo (*)	49,55	R\$49,55
Cotação da Ação	29,89	R\$42,60

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

12. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de três meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2019
Resultado Operacional antes da tributação	(1.392.250)	16.009.914
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	626.513	(6.403.966)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (1)	(848.010)	(1.379.334)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	45.086	38.673
Ágio	(139.227)	(100.331)
Varição cambial - filiais no exterior (2)	9.032.479	1.410.372
Juros sobre o capital próprio	733.500	-
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (3)	46.432	1.391.636
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	544.467	176.984
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (4)	294.962	91.455
Outros ajustes	785.938	(111.782)
Impostos sobre a renda	11.122.140	(4.886.293)
Sendo:		
Impostos correntes	(3.199.370)	(4.177.388)
Impostos diferidos	14.321.510	(708.905)
Impostos pagos no período	-	(4.733.342)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(3) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

(4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais as alíquotas de contribuição social são de 9% e 15%.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman, Luxemburgo e uma subsidiária chamada Santander Brasil Estabelecimento Financeiro de Crédito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do *Hedge* cambial para os períodos de três meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019.

	01/01 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2019
Variações cambiais (líquidas)		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	21.807.261	3.525.929
Perdas com ativos e passivos financeiros		
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge	(40.098.666)	(5.994.824)
Impostos sobre a renda		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	772.189	57.168
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - IR/CS	17.519.216	2.411.727

13. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com Pessoal

	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020	01/07 a 30/09/2019	01/01 a 30/09/2019
Remuneração direta	1.457.924	4.409.288	1.506.825	4.476.051
Encargos	319.283	980.942	333.633	936.160
Benefícios	338.207	1.043.675	391.193	1.117.780
Planos de pensão de benefício definido	2.666	7.366	2.984	8.029
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	29.973	97.467	29.681	106.187
Remuneração baseada em ações	6.358	15.180	(5.192)	(1.455)
Treinamento	7.612	32.213	14.242	41.898
Outras despesas de pessoal	66.577	142.242	66.329	245.034
Total	2.228.600	6.728.373	2.339.695	6.929.684

b) Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020	01/07 a 30/09/2019	01/01 a 30/09/2019
Imóveis, instalações e materiais	175.587	568.520	180.872	545.906
Tecnologia e sistemas	561.807	1.631.717	471.107	1.596.315
Publicidade	138.801	406.679	143.697	426.791
Comunicações	116.943	345.319	120.714	355.455
Ajudas de custo e despesas de viagem	16.474	62.037	34.776	101.536
Tributos exceto imposto sobre a renda	5.017	40.918	29.177	84.211
Serviços de vigilância e transporte de valores	150.741	459.222	152.335	476.616
Prêmios de seguros	4.455	11.726	9.118	25.602
Serviços técnicos especializados	611.453	1.725.683	565.024	1.554.344
Outras despesas administrativas	331.006	649.613	165.679	336.794
Total	2.112.284	5.901.434	1.872.499	5.503.570

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

a.1) Programas Local e Global

Abaixo estão os programas de remuneração de longo prazo e suas características.

Programa	Plano	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação
Local	Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High (1)	Dinheiro	Dez/2017 a Dez/19	Em Março/20 e Março/21
Local	ILP Tecnologia	Ações Banco Santander Brasil	Jul/19 a Jun/22	Em Julho/2022
Local	ILP PI Investimentos	Ações Banco Santander Brasil	Jan/19 a Dez/21	Em Março/2022 e Março/2023
Local	ILP Ben	Ações Banco Santander Brasil	Jan/19 a Dez/21	Em Março/2022 e Março/2023
Local	ILP Sim	Ações Banco Santander Brasil	Jan/2020 a Dez/2022	Em Março/2023 e Março/2024
Local	ILP High Performance	Ações Banco Santander Brasil	Set/2020 a Ago/2023	Em Setembro/2023
Global	ILP DTA	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2019 a 2022	De Março/2023 a Março/2030

- (1) Objetiva o crescimento e lucratividade do negócio de Private e o reconhecimento da contribuição do Participante.
- (2) Sujeito à consecução do indicador de performance RTA do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais.
- (3) Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha. O tipo de liquidação do programa global, outorga 2014/2015 foi alterado em abril de 2019, de ações do grupo Santander Global, para dinheiro.

a.1.a) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos Vigentes

i. *Private Ultra High*

Cada participante teve um valor referência definido em Reais, caso os indicadores fossem atingidos, o percentual de atingimento seria aplicado sobre o valor de referência, sendo o pagamento da primeira parcela realizado em março de 2020 e a segunda em março de 2021.

Finalizado o período de acompanhamento do parâmetro de performance em dezembro de 2019, o plano foi extinto sem pagamento da remuneração pretendida.

ii. *ILP Tecnologia*

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Julho/2019 onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

Cada executivo teve um valor de referência definido em Reais, que foi convertido para ações do Santander Brasil (SANB11) pela cotação de R\$44,66, que serão entregues em julho de 2022, com restrição de 1 ano.

O pagamento está sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Final do Exercício
ILP Tecnologia	123.158	2019	Executivos	jul/2019	jun/2022
Saldo dos Planos em 30 de setembro de 2020	123.158				

(1) Em 2020, não houve ações entregues ou canceladas no plano.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

iii. ILP Pi Investimentos

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Maio/2019, onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento.

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: 2020 e 2021.

O pagamento será realizado em ações SANB11, sendo 50% em março de 2022 e 50% em março de 2023, com restrição de 1 ano após cada pagamento e está sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Indicadores 2020	Indicadores 2021
Clientes Ativos - clientes com saldo médio mensal	Clientes Ativos - clientes com saldo médio mensal
Carteira (AuM) - volume distribuído inclusive saldo em conta	Carteira (AUM) - volume distribuído inclusive saldo em conta
Receita 2020	Receita 2021
	BAI (Indicador de Lucro antes do Imposto)

iv. ILP Ben

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Maio/2019, onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento.

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: 2020 e 2021.

O pagamento será realizado em ações SANB11, sendo 50% em março de 2022 e 50% em março de 2023, com restrição de 1 ano após cada pagamento e está sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Indicadores	
Quantidade de Clientes PJ	Quantidade de Clientes PF
Quantidade de Estabelecimentos Credenciados	Faturamento
BAI	

iii. ILP DTA

Trata-se de plano de incentivo para impulsionar a transformação digital do Santander, lançado em Setembro/2019, em que o participante deverá permanecer com vínculo empregatício até o pagamento.

Os executivos elegíveis tiveram um target definido em Reais e o pagamento será apurado com base na aferição dos indicadores de performance em dois momentos: primeiro período para medição do cumprimento dos objetivos chave (2019) e segundo período para do valor do pagamento (2020, 2021 e 2022).

Se atingido os objetivos do plano, o pagamento será realizado em março de 2023.

O ILP DTA será medido com base na performance das seguintes iniciativas globais:

- Plataforma Global Trade Service (GTS)
- Plataforma Global Merchant Services (GMS)
- OpenBank (OB)
- SuperDigital (SD)

Objetivos Adicionais

- Ativos Digitais
- Centros de Excelência Digital

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
			30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	-	-	-	-
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com valor de remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	-	-	-	-

15. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco de		01/07 a	Banco de		01/07 a
	Banco Comercial	Atacado Global	30/09/2020	Comercial	Atacado Global	30/09/2019
			Total			Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	10.313.064	803.552	11.116.616	10.743.281	550.234	11.293.515
Receitas de instrumentos de patrimônio	812	4.661	5.473	1.477	(162)	1.315
Resultado de equivalência patrimonial	23.396	7.568	30.964	36.221	-	36.221
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.463.826	562.741	4.026.567	3.477.719	489.092	3.966.811
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(1.582.826)	367.994	(1.214.832)	(2.961.819)	293.813	(2.668.006)
Outras receitas (despesas) operacionais	42.215	(26.458)	15.757	(365.425)	(11.314)	(376.739)
TOTAL DE RECEITAS	12.260.487	1.720.058	13.980.545	10.931.454	1.321.663	12.253.117
Despesas com pessoal	(2.049.186)	(179.414)	(2.228.600)	(2.141.037)	(198.658)	(2.339.695)
Outras despesas administrativas	(1.940.678)	(171.606)	(2.112.284)	(1.762.744)	(109.755)	(1.872.499)
Depreciação e amortização	(641.956)	(23.331)	(665.287)	(587.364)	(24.188)	(611.552)
Provisões (líquidas)	(383.099)	(5.123)	(388.222)	(627.204)	(4.916)	(632.120)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(3.841.392)	5.584	(3.835.808)	(3.237.914)	77.887	(3.160.027)
Perdas com outros ativos (líquidas)	8.256	(12.993)	(4.737)	14.249	(9.842)	4.407
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	9.474	-	9.474	12.092	-	12.092
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA						
TRIBUTAÇÃO (1)	3.421.906	1.333.175	4.755.081	2.601.532	1.052.191	3.653.723

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas		Declarações dos Diretores		
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.							
Hedge Cambial (1)		1.366.110	-	1.366.110	2.881.500	-	2.881.500
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)		4.788.016	1.333.175	6.121.191	5.483.032	1.052.191	6.535.223

Demonstração (Condensada) do Resultado	01/01 a 30/09/2020			01/01 a 30/09/2019		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	31.203.762	2.042.216	33.245.978	31.378.511	1.690.611	33.069.122
Receitas de instrumentos de patrimônio	2.711	21.364	24.075	3.545	5.467	9.012
Resultado de equivalência patrimonial	58.419	21.964	80.383	96.683	-	96.683
Receitas líquidas de tarifas e comissões	10.378.516	1.416.871	11.795.387	10.209.463	1.344.502	11.553.965
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(18.194.266)	1.666.587	(16.527.679)	(2.751.539)	878.998	(1.872.541)
Outras receitas (despesas) operacionais	(335.071)	(87.676)	(422.747)	(960.277)	(26.251)	(986.528)
TOTAL DE RECEITAS	23.114.071	5.081.326	28.195.397	37.976.386	3.893.327	41.869.713
Despesas com pessoal	(6.181.615)	(546.758)	(6.728.373)	(6.361.940)	(567.744)	(6.929.684)
Outras despesas administrativas	(5.471.808)	(429.626)	(5.901.434)	(5.140.576)	(362.994)	(5.503.570)
Depreciação e amortização	(1.845.562)	(66.638)	(1.912.200)	(1.698.718)	(69.740)	(1.768.458)
Provisões (líquidas)	(1.358.331)	(13.486)	(1.371.817)	(1.892.589)	(11.522)	(1.904.111)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(13.932.016)	19.018	(13.912.998)	(9.755.410)	118.520	(9.636.890)
Perdas com outros ativos (líquidas)	23.990	(40.996)	(17.006)	31.841	(38.216)	(6.375)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	256.181	-	256.181	(110.711)	-	(110.711)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	(5.395.089)	4.002.839	(1.392.250)	13.048.283	2.961.631	16.009.914
Hedge Cambial (1)	17.519.216	-	17.519.216	2.468.895	-	2.468.895
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	12.124.127	4.002.839	16.126.966	15.517.178	2.961.631	18.478.809

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

Outros:	30/09/2020			31/12/2019		
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	793.501.272	98.409.264	891.910.536	677.139.468	85.097.984	762.237.452
Empréstimos e adiantamentos a clientes	298.015.115	77.939.599	375.954.714	259.644.994	67.054.486	326.699.480
Depósitos de clientes	337.357.780	124.992.746	462.350.526	253.313.187	83.201.410	336.514.597

16. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de março de 2020 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2020, no montante de até R\$400.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que será realizada em 30 de Abril de 2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/07 a 30/09/2020	01/01 a 30/09/2020	01/07 a 30/09/2019	01/01 a 30/09/2019
Remuneração Fixa	22.410	66.305	24.080	67.664
Remuneração variável - Em espécie	11.719	71.710	16.202	61.139
Remuneração variável - Em ações	19.379	67.953	(1.763)	57.113
Outras	12.680	34.657	13.770	32.391
Total Benefícios de Curto Prazo	66.188	240.625	52.288	218.308
Remuneração variável - Em espécie	8.950	86.933	11.705	79.274
Remuneração variável - Em ações	28.277	84.422	294	77.169
Total Benefícios de Longo Prazo	37.227	171.355	11.999	156.443
Total	103.415	411.980	64.286	374.751

(1) No primeiro semestre de 2019, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar e liquidar antecipadamente determinado benefício, que era praticado por liberalidade do Banco.

(2) Refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e despesa diferida de exercícios anteriores, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander. Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2020, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$20.687 (30/09/2019 - R\$25.989).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios serão descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

							Em Milhares de Ações 30/09/2020	
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)		
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%		
Grupo Empresarial Santander. S.L. (GES) (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%		
Banco Santander. S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%		
Funcionários	2.579	0,1%	2.589	0,1%	5.168	0,1%		
Administradores (*)	4.968	0,1%	4.968	0,1%	9.936	0,1%		
Outros	353.090	9,2%	380.884	10,4%	733.974	9,8%		
Total em Circulação	3.799.857	99,5%	3.660.998	99,5%	7.460.855	99,5%		
Ações em Tesouraria	18.838	0,5%	18.838	0,5%	37.676	0,5%		
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%		
"Free Float" (2)	355.669	9,3%	383.473	10,4%	739.142	9,9%		

							Em Milhares de Ações 31/12/2019	
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)		
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%		
GES (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%		
Banco Santander. S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%		
Funcionários	2.526	0,1%	2.533	0,1%	5.059	0,1%		
Administradores (*)	4.525	0,1%	4.525	0,1%	9.050	0,1%		
Outros	355.722	9,3%	383.519	10,4%	739.241	9,9%		
Total em Circulação	3.801.993	99,6%	3.663.134	99,6%	7.465.127	99,6%		
Ações em Tesouraria	16.702	0,4%	16.702	0,4%	33.404	0,4%		
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%		
"Free Float" (2)	358.248	9,4%	386.053	10,5%	744.301	9,9%		

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração.

As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas. As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	30/09/2020			31/12/2019		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	2.418.878	3.553.308	(1.697.760)	5.294.152	4.387.013	874.668
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos. posição líquida	(2.886.368)	-	(2.732.281)	(763.547)	-	(113.931)
Banco Santander. S.A. - Espanha	(2.886.368)	-	-	(763.547)	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(192.353)	-	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	(2.539.928)	-	-	(113.931)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	5.261.796	3.550.324	76.537	5.896.120	4.365.518	70.453
Banco Santander. S.A. - Espanha (3)	5.261.796	-	-	5.896.120	-	-
Banco Santander Totta. S.A. (2)	-	-	7.394	-	-	7.921
Bank Zachodni (2)	-	-	4	-	-	94
Santander UK plc	-	-	66.644	-	-	16.701
Banco Santander. S.A. – México (2)	-	-	1.702	-	-	45.545
Banco RCI Brasil S.A.	-	3.550.324	-	-	4.365.518	-
Santander Auto S.A.	-	-	-	-	-	-
Webmotors S.A.	-	-	19	-	-	-
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.	-	-	50	-	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A	-	-	532	-	-	-
Santander Global Technology. S.L.. SOCI	-	-	192	-	-	192
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	918.094	87.550	20.367	884.696
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	-	-	777.665	-	-	814.320
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	69.711	-	-	58.778
Banco Santander. S.A. - Espanha (1)	-	-	245	87.550	-	-
Isban Mexico. S.A. de C.V.	-	-	122	-	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales. S.L.	-	-	23	-	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	169	-	-	169
Webmotors S.A.	-	-	14	-	20.367	-
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	38.038	-	-	-
Loop Gestão de Patios S.A.	-	-	13.439	-	-	-
Pessoal Chave da Administração (5)	-	-	18.668	-	-	11.284

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Outros ativos	43.450	2.984	31.159	74.029	1.128	28.476
Banco Santander. S.A. - Espanha	43.450	-	-	74.029	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	2.984	-	-	1.128	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	-	-	31.159	-	-	28.476
Passivo	(23.169.912)	(190.000)	(1.724.027)	(17.105.753)	(169.103)	(1.529.828)
Depósitos de instituições de crédito	(8.521.887)	(190.000)	(23.438)	(42.060)	(167.017)	(20.571)
Banco Santander. S.A. - Espanha	(8.521.887)	-	-	(42.060)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	-	-	-	(20.571)
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(7.468)	-	-	-
Loop Gestão de Pátios S.A.	-	-	(4.466)	-	-	-
Banco Santander (México). S.A.	-	-	(11.504)	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(190.000)	-	-	(167.017)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(101.794)	-	-	(89.074)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(101.794)	-	-	(89.074)
Depósitos de clientes	-	-	(926.013)	-	(2.086)	(1.008.416)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (1) (4)	-	-	(263.877)	-	-	(199.934)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(79)	-	-	(332.916)
Webmotors S.A.	-	-	(471)	-	(2.082)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(540.292)	-	-	(404.427)
Santander Brasil Asset (2)	-	-	(290)	-	-	(16.762)
GESTORA DE INTELIGÊNCIA DE CRÉDITO	-	-	(48.742)	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	(32.963)	-	-	(36.104)
Outros	-	-	(39.299)	-	(4)	(18.273)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	(6.874.602)	-	(12.226)
Banco Santander. S.A. - Espanha	-	-	-	(1.067.623)	-	-
Grupo Empresarial Santander. S.L. (1)	-	-	-	(2.177.207)	-	-
Sterrebeeck B.V. (1)	-	-	-	(3.629.772)	-	-
Banco Madesant	-	-	-	-	-	(1.948)
Pessoal Chave da Administração	-	-	-	-	-	(10.278)
Outras obrigações	(174.292)	-	(672.782)	(13.130)	-	(399.541)
Banco Santander. S.A. - Espanha	(174.292)	-	-	(13.130)	-	-
Santander Brasil Asset (2)	-	-	(7.203)	-	-	(7.203)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(8.769)	-	-	(5.066)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	-	-	(19.954)	-	-	(21.219)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(423.001)	-	-	(357.249)
Outros	-	-	(213.855)	-	-	(8.804)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(14.473.733)	-	-	(10.175.961)	-	-
Banco Santander. S.A. - Espanha	(14.473.733)	-	-	(10.175.961)	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeek B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

(3) Em 30 de setembro de 2020, refere-se a disponibilidades no valor de R\$2.092.283 (31/12/2019 - R\$1.089.578).

(4) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

(5) O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

	01/01 a 30/09/2020			01/01 a 30/09/2019		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	(1.805.465)	151.900	1.071.622	(1.270.851)	172.462	1.614.106
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	12.876	147.441	1.020	84.631	157.823	404
Banco Santander. S.A. - Espanha	12.876	-	-	84.631	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	147.441	-	-	157.823	-
Cibrasec	-	-	-	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	1.020	-	-	404
Garantias e Limites	-	-	42	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	42	-	-	-
Despesas com juros e similares	(516.794)	(4.987)	(26.876)	-	(1.441)	(103.239)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(3.757)	-	-	(12.061)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(449)	-	-	(3.274)
Webmotors S.A.	-	-	(2)	-	(20)	-
Outros	-	-	(621)	-	-	(24)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(3.536)	-	-	(6.234)
Banco Santander. S.A. - Espanha	(516.794)	-	-	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(4.987)	-	-	(1.421)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(11.962)	-	-	(22.450)
SAM Brasil Participações	-	-	(1)	-	-	(30)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	-	-	-	(58.239)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	-	-	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(6.164)	-	-	-
Santander Asset Management. S.A. SGILC.	-	-	(384)	-	-	(927)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(2.002)	9.446	2.311.981	(516.727)	15.973	1.922.258
Banco Santander. S.A. - Espanha	(2.002)	-	-	(516.727)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	9.446	-	-	15.812	-
Banco Santander International	-	-	34.227	-	-	26.515
Webmotors S.A.	-	-	167	-	161	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	232.584	-	-	175.983
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	2.028.772	-	-	1.711.495
Pessoal Chave da Administração	-	-	186	-	-	263

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Outros	-	-	16.045	-	-	8.002
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(510.883)	-	(366.296)	(838.755)	107	748.091
Banco Santander. S.A. - Espanha	(510.883)	-	-	(838.755)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(401.062)	-	-	714.263
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(3.418)	-	-	(1.609)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	32.893	-	-	32.883
Outros	-	-	5.166	-	107	82
Pessoal Chave da Administração	-	-	125	-	-	2.472
Despesas administrativas e amortização	(154.120)	-	(1.003.277)	-	-	(939.120)
Banco Santander. S.A. - Espanha	(154.120)	-	-	-	-	-
ISBAN Chile S.A.	-	-	(18)	-	-	(20)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(26.585)	-	-	(23.094)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(274.477)	-	-	(255.452)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(35.234)	-	-	(36.457)
Santander Global Technology. S.L.. SOCI	-	-	(234.158)	-	-	(226.488)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(411.980)	-	-	(392.693)
Outros	-	-	(20.825)	-	-	(4.916)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	168.588	-	-	-
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	168.588	-	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(634.542)	-	-	-	-	-
Banco Santander. S.A. - Espanha	(634.542)	-	-	-	-	-
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(13.560)	-	-	(14.288)
Fundação Santander	-	-	(1.160)	-	-	(1.050)
Fundação Cultural	-	-	-	-	-	(1.038)
Fundação Sudameris	-	-	(12.400)	-	-	(12.200)

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

17. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo

	30/09/2020			Total
	Nível 1 (1)	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	548.770	39.237.012	3.034.751	42.820.533
Instrumentos de dívida	548.770	-	3.034.751	3.583.521
Derivativos	-	287.360	-	287.360
Reservas no Banco Central do Brasil	-	38.949.652	-	38.949.652
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	49.192.158	29.205.390	3.082.599	81.480.147
Instrumentos de dívida	48.051.207	1.635.126	89.072	49.775.405
Instrumentos de patrimônio	1.140.951	288.168	-	1.429.119
Derivativos	-	27.282.096	2.993.527	30.275.623

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	-	105.490	236.067	341.557
Instrumentos de patrimônio	-	105.490	236.067	341.557
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	103.977.239	2.176.865	919.772	107.073.876
Instrumentos de dívida	103.969.808	2.149.503	888.438	107.007.749
Instrumentos de patrimônio	7.431	27.362	31.334	66.127
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	1.321.114	-	1.321.114
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	-	65.699.527	2.758.928	68.458.455
Derivativos	-	32.985.783	2.758.928	35.744.711
Posições vendidas	-	32.713.744	-	32.713.744
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	6.149.411	-	6.149.411
Outros Passivos Financeiros	-	6.149.411	-	6.149.411
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	232.285	-	232.285

	31/12/2019			
	Nível 1 (1)	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	975.393	28.739.507	2.627.405	32.342.305
Instrumentos de dívida	975.393	132.277	2.627.405	3.735.075
Reservas no Banco Central do Brasil	-	28.607.230	-	28.607.230
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	35.057.803	21.247.552	715.548	57.020.903
Instrumentos de dívida	33.028.333	1.726.441	130.857	34.885.631
Instrumentos de patrimônio	2.029.470	-	-	2.029.470
Derivativos	-	19.521.111	584.691	20.105.802
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	143.077	627	27.749	171.453
Instrumentos de patrimônio	143.077	627	27.749	171.453
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	93.555.527	1.612.741	951.966	96.120.234
Instrumentos de dívida	93.531.617	1.612.741	818.569	95.962.927
Instrumentos de patrimônio	23.910	-	133.397	157.307
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	339.932	-	339.932
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	-	45.499.913	564.757	46.064.670
Derivativos	-	21.664.260	564.757	22.229.017
Posições vendidas	-	23.835.653	-	23.835.653
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	3.719.416	1.600.000	5.319.416
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	200.961	-	200.961

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante os períodos de 30 de setembro de 2020 e de 2019 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2019	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 30/09/2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	2.627.405	100.304	(239.512)	546.554	3.034.751
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	715.548	443.259	1.988.209	(64.416)	3.082.600
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	27.749	80.035	128.282	-	236.066
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	951.966	(47.552)	(198.378)	213.737	919.773
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos para negociação	564.757	273.229	1.854.713	66.229	2.758.928
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.600.000	-	-	(1.600.000)	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Total de Ganhos ou Perdas Transferências			Adições/ Baixas	Valor Justo 30/09/2019
	Valor Justo 31/12/2018	(Realizado/não Realizado)	no e/ ou Fora do Nível 3		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	510.887	304.956	1.701.930	125.246	2.643.019
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado por meio de Negociação	1.370.270	(232.465)	(575.510)	130.276	692.571
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	154.947	(5.691)	-	-	149.256
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	709.956	112.554	25.100	9.621	857.231
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.946.056	-	-	(1.426.613)	519.443
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado mantidos paranegociação	641.458	86.854	(349.971)	168.178	546.519

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2020 e de 2019:

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	30/09/2020		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	18.330.955	18.330.955	18.330.955	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	116.677.178	116.810.620	-	7.660.712	109.149.908
Empréstimos e adiantamentos a clientes	375.928.235	379.169.126	-	3.197.437	375.971.689
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	49.704.630	51.121.154	14.307.319	6.730.293	30.083.542
Total	560.640.998	565.431.855	32.638.274	17.588.442	515.205.139

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	31/12/2019		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto - Banco Central do Brasil	15.249.515	15.249.515	-	15.249.515	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:	-	-	-	-	-

Comentário de Desempenho	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores	
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito		109.233.128	109.233.128	-	109.233.128
Empréstimos e adiantamentos a clientes		326.699.480	327.278.243	-	327.278.243
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado					
- Instrumentos de dívida		38.748.296	39.678.192	5.378.791	7.858.612
Total		489.930.419	491.439.078	5.378.791	132.341.255
					353.719.032

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2020 e de 2019:

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	30/09/2020
					Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	87.015.664	86.998.060	-	18.111.473	68.886.587
Depósitos de clientes	462.350.526	462.458.834	-	72.065.273	390.393.561
Obrigações por títulos e valores mobiliários	60.227.261	60.273.894	-	-	60.273.894
Dívidas subordinadas	14.473.733	14.473.733	-	-	14.473.733
Outros passivos financeiros	51.070.027	51.070.027	-	-	51.070.027
Total	675.137.211	675.274.548	-	90.176.746	585.097.802

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2019
					Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	98.586.389	98.605.373	-	98.605.373	-
Depósitos de clientes	336.514.597	336.593.455	-	336.593.455	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	73.702.474	73.889.348	-	10.205.065	63.684.284
Dívidas subordinadas	10.175.961	10.175.961	-	10.175.961	-
Outros passivos financeiros	60.885.370	60.885.370	-	-	60.885.370
Total	579.864.791	580.149.506	-	455.579.854	124.569.654

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

Outros passivos financeiros – conforme nota explicativa, incluem substancialmente valores a repassar decorrentes das operações de cartões de crédito, transações pendentes de liquidação e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, cujo valor contábil é similar ao seu valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.c.ii.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outras Divulgações

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	30/09/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	15.555.846	18.769.485	14.634.863	16.458.397
Opções	4.240.962	4.030.634	1.065.753	1.699.729
Contratos a Termo e Outros	11.799.929	13.176.877	4.745.101	4.271.852
Total	31.596.737	35.976.996	20.445.717	22.429.978

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Negociação	30/09/2020			31/12/2019		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	529.073.142	(3.958.208)	(3.187.251)	554.205.586	(1.941.477)	(1.823.534)
Ativo	283.763.358	8.015.544	15.555.846	279.253.821	2.910.364	14.634.863
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	40.138.397	61.332	4.044.877	40.341.402	209.224	6.542.873
Taxa de Juros Pré - Reais	51.821.036	4.617.195	7.963.801	45.240.041	1.900.884	6.792.917
Indexados em Índices de Preços e Juros	4.366.348	-	-	2.169.578	218.540	-
Moeda Estrangeira	187.000.805	1.336.112	2.190.310	191.502.800	581.716	1.299.073
Outros	436.772	2.000.905	1.356.958	-	-	-
Passivo	245.309.784	(11.973.751)	(18.769.485)	274.951.765	(4.851.841)	(16.458.397)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	43.889.319	(9.041.755)	(14.126.257)	24.273.545	(3.025.371)	-
Taxa de Juros Pré - Reais	38.880.478	(2.931.879)	(4.049.780)	65.315.856	(990.820)	(14.597.999)
Indexados em Índices de Preços e Juros	44.170.819	-	1.244.073	125.014.868	(816.100)	(1.681.392)
Moeda Estrangeira	116.800.594	(117)	(1.685.542)	59.163.439	(11.658)	-
Outros	1.568.574	-	(151.981)	1.184.057	(7.892)	(179.006)
Opções	1.276.475.310	(291.986)	210.328	1.446.536.131	(713.534)	(633.976)
Compromissos de Compra	619.054.531	1.448.462	4.240.962	678.089.904	641.223	1.065.753
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.221.465	37.898	38.324	171.871	1.318	(280)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.971.678	69.019	64.950	1.456.975	473	184.005
Opções de Compra Outras	82.245.573	305.340	1.077.121	98.154.363	295.668	136.084
Mercado Interfinanceiro	79.013.628	305.340	847.277	98.154.363	295.668	136.174
Outras (2)	3.231.945	-	229.844	-	-	(90)
Opções de Venda Outras	533.615.815	1.036.205	3.060.567	578.306.695	343.763	745.944
Mercado Interfinanceiro	531.547.208	1.036.205	3.047.999	578.306.695	343.763	746.006
Outras (2)	2.068.607	-	12.568	-	-	(62)
Compromissos de Venda	657.420.780	(1.740.448)	(4.030.634)	768.446.227	(1.354.757)	(1.699.729)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	1.306.075	(70.051)	(75.540)	254.944	(3.102)	(1.471)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.954.756	(127.061)	(181.927)	263.994	(1.528)	(2.844)
Opções de Compra Outras	102.049.339	(282.775)	(588.637)	174.166.801	(562.827)	(428.390)
Mercado Interfinanceiro	1.671.057	(49.974)	(513.344)	174.166.801	(562.827)	(428.617)
Outras (2)	100.378.283	(232.801)	(75.293)	-	-	227
Opções de Venda Outras	552.110.609	(1.260.560)	(3.184.529)	593.760.488	(787.300)	(1.267.024)
Mercado Interfinanceiro	546.800.401	(1.260.560)	(3.014.055)	593.760.488	(787.300)	(1.159.037)
Outras (2)	5.310.209	-	(170.474)	-	-	(107.987)
Contratos de Futuros	286.054.267	-	-	432.564.397	-	-
Posição Comprada	116.047.229	-	-	71.603.247	-	-
Cupom Cambial (DDI)	15.238.695	-	-	7.105.006	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	100.808.534	-	-	54.701.627	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	-	9.781.856	-	-
Índice (3)	-	-	-	-	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Treasury Bonds/Notes	-	-	-	14.758	-	-
Posição Vendida	170.007.038	-	-	360.961.150	-	-
Cupom Cambial (DDI)	79.114.014	-	-	146.032.485	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	69.815.923	-	-	196.170.105	-	-
Moeda Estrangeira	20.760.841	-	-	17.305.604	-	-
Índice (3)	316.261	-	-	290.254	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	1.162.702	-	-
Contratos a Termo e Outros	188.016.889	1.773.017	(1.376.948)	169.401.316	(900.818)	473.249
Compromissos de Compra	101.408.121	3.855.775	11.799.929	79.970.842	(269.708)	4.745.101
Moedas	95.401.635	3.855.775	11.758.642	79.969.759	(269.708)	4.672.316
Outros	6.006.486	-	41.287	1.083	-	72.785
Compromissos de Venda	86.608.768	(2.082.758)	(13.176.877)	89.430.474	(631.110)	(4.271.852)
Moedas	82.141.744	(2.082.758)	(13.176.650)	89.426.698	(631.085)	(4.271.852)
Outros	4.467.024	-	(227)	3.776	(25)	-

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

				Contraparte			Abertura por Vencimento			Valor Referencial
				30/09/2020			30/09/2020			Mercado de Negociação
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	38.882.917	126.261.978	118.618.462	283.763.358	279.253.821	42.423.224	128.265.621	113.074.513	85.725.921	198.037.437
Opções	22.706.946	676.884	1.253.091.480	1.276.475.310	1.446.536.131	75.690.009	1.197.998.885	2.786.416	1.235.352.037	41.123.273
Contratos de Futuros	3.198.239	-	282.856.028	286.054.267	432.564.397	181.561.992	53.122.939	51.369.336	286.054.267	-
Contratos a Termo e Outros	63.812.057	72.930.347	51.274.485	188.016.889	169.401.316	103.569.874	60.309.148	24.137.866	29.364.622	158.652.266

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa swap de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como instrumento de proteção dos créditos correspondente.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

• O Banco possui risco de taxa de juros pós-fixada decorrente da carteira de letras financeiras do tesouro classificadas como disponíveis para venda, que apresentam fluxos de caixa esperados sujeitos às variações do Selic ao longo de sua duração. Para gerenciar estas oscilações, o Banco contrata futuros de DI e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa.

• O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram registrados resultado referente a parcela inefetiva.

	30/09/2020		31/12/2019	
Estrutura de Hedge	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
<i>Fair Value Hedge</i>				
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)	(834.949)	-	(2.853.807)	-
Títulos Públicos LEA	(26.010)	-	(61.761)	-
Resolução 2770	(128)	-	(94)	-
Trade Finance Off	(5.476)	-	(4.015)	-
Total	(866.562)	-	(2.919.677)	-
<i>Cash Flow Hedge</i>				
Eurobonds	7.576	-	(6.074)	-
Trade Finance Off	6.492	-	139.852	-
Títulos Públicos (LFT)	822.978	-	503.665	-
Total	837.047	-	637.443	-

Estratégias	30/09/2020		31/12/2019									
	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Hedge de Risco de Mercado												
Contratos de Swap	48.271	(39.487)	4.559.368	5.516.479	5.185.954	123.791	602.634	1.283.074	3.208.464	4.227.057	1.703.734	1.398.524
Hedge de Operações de Crédito	(753.752)	(24.109)	199.487	168.147	1.637.032	118.123	56.887	585.670	2.021.557	1.398.121	1.162.872	859.426
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	802.023	(15.378)	4.359.881	5.348.332	3.548.922	5.668	545.747	697.404	1.186.907	2.828.936	540.862	539.098
Contratos de Futuros	2.385.793	-	50.350.239	54.928.412	47.171.371	-	3.000.490	-	36.569.735	48.427.614	45.854.445	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.385.793	-	50.350.239	54.928.412	47.171.371	-	3.000.490	-	36.569.735	48.427.614	45.854.445	-
Hedge de Fluxo de Caixa												
Contratos de Swap	-	176.643	7.728.501	6.744.097	6.166.485	118.123	-	35.110	2.179.200	2.375.752	885.653	1.498.154
Hedge de Operações de Crédito	-	-	1.525.866	1.550.064	1.171.860	118.123	-	(3.494)	977.622	1.058.007	687.239	390.518
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	176.643	6.202.634	5.194.033	4.994.625	-	-	38.604	1.201.578	1.317.745	198.415	1.107.636

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Contratos de Futuros	-	- 46.529.881	40.082.944	43.203.957	-	-	- 17.726.566	18.680.868	17.721.366	-
Hedge de Operações de Crédito (2)	-	- 25.543.341	21.020.406	22.859.369	-	-	- 14.506.878	15.195.149	14.501.800	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	- 20.986.540	19.062.538	20.344.589	-	-	- 3.219.688	3.485.719	3.219.566	-

Estratégias	30/09/2020			31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Hedge de Risco de Mercado					
Contratos de Swap	177.537	5.263.551	114.877	5.555.965	4.227.057
Hedge de Operações de Crédito	64.129	13.250	114.877	192.255	1.398.121
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	113.408	5.250.301	-	5.363.710	2.828.936
Contratos de Futuros	9.025.400	15.852.495	30.050.517	54.928.412	36.569.735
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	9.025.400	15.852.495	30.050.517	54.928.412	36.569.735
Hedge de Fluxo de Caixa					
Contratos de Swap	-	1.550.064	-	1.550.064	2.375.753
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	1.058.007
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	1.550.064	-	1.550.064	1.317.745
Contratos de Futuros	-	597.463	39.485.481	40.082.944	18.680.868
Hedge de Operações de Crédito (2)	-	-	21.020.406	21.020.406	15.195.149
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	597.463	18.465.075	19.062.538	3.485.719

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem a operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

(2) Valor atualizado dos instrumentos em 30 de setembro de 2020 é de R\$8.293.988 (31/12/2019 – R\$8.425.386).

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$11.528 (31/12/2019 - R\$11.063) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$6.340 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	30/09/2020		31/12/2019	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.408.853	-	2.435.880	633.600
Total	3.408.853	-	2.435.880	633.600

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$0 (31/12/2019 – R\$602).

O efeito no PLE do risco recebido foi de R\$11.611 (31/12/2019 – R\$3.286).

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	30/09/2020		31/12/2019	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	3.408.853	-	2.435.880	2.435.880
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	3.408.853	-	2.435.880	2.435.880
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	3.408.853	-	2.435.880	2.435.880

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	30/09/2020	31/12/2019
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.029.143	5.342.992
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.433.795	1.086.556
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.669.168	660.918
Total	11.132.106	7.090.466

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedge*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições e o resultado do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de setembro de 2020.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(15.858)	(236.768)	(473.535)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(1.047)	(11.105)	(22.209)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(33.905)	(247.690)	(495.381)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.623)	(3.116)	(6.232)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(33)	(5.507)	(11.014)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(4.455)	(111.386)	(222.773)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(653)	(234)	(467)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(413)	(10.322)	(20.643)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(2)	(42)	(85)
Total (1)		(57.989)	(626.169)	(1.252.339)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(46.362)	(55.229)	(145.354)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(29.044)	(246.198)	(380.095)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(31.938)	(163.836)	(344.781)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(4.022)	(105.208)	(202.884)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(8.293)	(87.874)	(126.687)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(15.805)	87.394	264.837
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(40)	(1.004)	(2.009)
Total (1)		(135.504)	(571.955)	(936.973)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

c) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Banco Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos gestionados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/09/2020	31/12/2019
Fundos sob gestão	2.755.952	2.034.999
Fundos administrados	201.874.075	230.199.261
Total	204.630.027	232.234.260

d) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$ 33.874.845 e R\$ 27.283.548, respectivamente.

e) Efeitos da Pandemia – COVID - 19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Até a data desta divulgação, o Banco identificou (a) aumento em operações de empréstimo e financiamento, em especial para empresas; (b) incremento nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito; (c) impactos sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e (d) aumento em captações realizadas.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

19. Eventos Subsequentes

Deliberação de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de outubro de 2020, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 30 de abril de 2021, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante bruto de R\$1.000 milhões, que, após deduzido o valor relativo ao imposto de renda retido na fonte, na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R\$850 milhões, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos. Farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 04 de novembro de 2020 (inclusive). Dessa forma, a partir de 05 de novembro de 2020 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Juros Sobre Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio será pago a partir do dia 23 de dezembro de 2020 e imputado integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária. A deliberação contou com parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme reunião realizada na mesma data, e está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.820/2020.

Alienação dos Investimentos nas Norchem Participações e Consultoria S.A. (NPC) e Norchm Holdings e Negócios S.A. (NHN)

Em 08 de outubro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A. vendeu sua participação nas empresas Norchem Participações e Consultoria S.A. (participação de 50%) e Norchem Holdings e Negócios S.A. (participação de 22%), mediante redução de capital e consequente cancelamento das ações detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.. Por esta operação, o Banco receberá o montante aproximado de R\$ 42 milhões.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – Demonstração do Valor Adicionado

	01/01 a 30/09/2020		01/01 a 30/09/2019	
Receitas com juros e similares	47.995.173		55.352.909	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	11.795.387		11.553.965	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(13.912.998)		(9.636.890)	
Outras Receitas e Despesas	(3.720.478)		(5.573.784)	
Despesas com juros e similares	(14.749.195)		(22.283.787)	
Insumos de Terceiros	(5.807.829)		(5.360.056)	
Material, Energia e Outros	(498.827)		(480.228)	
Serviços de Terceiros	(4.568.620)		(4.409.521)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(17.006)		(6.375)	
Outros	(723.376)		(463.932)	
Valor Adicionado Bruto	21.600.060		24.052.357	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(1.912.200)		(1.768.458)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	19.687.860		22.283.899	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	80.383		96.683	
Valor Adicionado Total a Distribuir	19.768.243		22.380.582	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	6.020.274	30,5%	6.289.047	28,1%
Remuneração	4.422.522		4.472.458	
Benefícios	1.150.454		1.234.134	
FGTS	334.216		358.393	
Outras	113.082		224.062	
Impostos, Taxas e Contribuições	3.948.386	20,0%	4.902.236	21,9%
Federais	3.318.174		4.104.186	
Estaduais	67.237		39	
Municipais	562.975		798.011	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	69.693	0,4%	65.678	0,3%
Remuneração de Capitais Próprios	9.729.890	49,2%	11.123.621	49,7%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	120.000		3.000.000	
Reinvestimentos de Lucros	9.589.246		7.953.661	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	20.644		169.960	
Total	19.768.243	100,0%	22.380.582	100,0%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Comentário de Desempenho

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Condensadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pela Accountant Standards Board (IASB), e as interpretações emitidas pela IFRS Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC).

1. Conjuntura Econômica

O Banco Santander avalia que, no terceiro trimestre de 2020, o cenário global continuou marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19, embora os pacotes de estímulos fiscais e monetários implementados pela grande maioria das economias tenham feito com que o Banco testemunhasse a divulgação de indicadores de atividade econômica sinalizando que o pior momento da crise pandêmica talvez tenha sido registrado no trimestre anterior. Além disso, o Santander avalia que estes incentivos fiscais e monetários ajudaram a dar suporte aos preços dos ativos financeiros e a reverter a piora registrada no primeiro trimestre do ano. Por exemplo, o índice norte-americano S&P500 que havia recuado de 3,2 mil pontos para 2,5 mil pontos entre dezembro de 2019 e março de 2020, avançou para aproximadamente 3,1 mil pontos ao final de junho e encerrou o terceiro trimestre próximo a 3,4 mil pontos (alta de 8,5% no período).

No país, o Banco Santander considera que os infortúnios gerados pela COVID-19 desviaram o foco das discussões sobre reformas estruturais para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, principalmente para ações direcionadas às camadas mais pobres da população e aos segmentos empresariais mais expostos aos infortúnios causados pelas políticas de distanciamento social. Na visão do Santander, tais medidas temporárias foram imprescindíveis para amenizar o impacto da crise, porém resultarão em aumento substancial das despesas públicas ao longo de 2020 e, por conseguinte, provocarão alta significativa no nível de endividamento do governo brasileiro. Este quadro, avalia o Banco, só reforça a necessidade de retomada das discussões sobre reformas estruturais após a superação da pandemia para evitar que a trajetória do endividamento público brasileiro se torne insustentável.

Após uma onda inicial generalizada de revisões para baixo nas projeções do PIB em 2020 frente às expectativas do primeiro trimestre, o Banco observou os estímulos concedidos provocarem recuperação forte em alguns segmentos da economia brasileira – notadamente, no comércio varejista. Esta reação mais intensa do que muitos imaginavam fez com que os agentes econômicos passassem a projetar quedas menos intensas para o PIB brasileiro neste ano. Enquanto a projeção mediana indicava retração de 6,6% para o PIB brasileiro ao final do segundo trimestre de 2020, a expectativa mediana ao final do terceiro trimestre apontou que a economia brasileira deverá recuar 5,02% neste ano. O Banco julga que, embora menos intensa, a perspectiva de forte contração do PIB brasileiro continuou justificando a percepção geral de que a variação do IPCA deverá encerrar o ano abaixo da meta estipulada para 2020 – a projeção mediana de inflação para o ano encerrou o terceiro trimestre em 2,06%, enquanto a meta é de 4,0% para 2020). A combinação de perspectivas de contração econômica e inflação baixa é o que o Santander entende haver propiciado espaço ao Banco Central do Brasil para reduzir a taxa básica de juros ao novo patamar mínimo histórico no país (2,00% a.a.) na reunião do Copom de agosto 2020, além de sinalizar a permanência da taxa Selic neste nível por um período prolongado de tempo.

Contudo, na visão do Banco, o quadro de crescimento lento e endividamento público elevado é algo que tem afugentado os investidores internacionais, o que se refletiu tanto no comportamento registrado pelo CDS de 5 anos do Brasil quanto na trajetória de sua taxa de câmbio. No primeiro caso, o instrumento de proteção quanto à problemas de insolvência do governo brasileiro encerrou o terceiro trimestre próximo ao patamar registrado no segundo trimestre (250 pontos base e 254 pontos base, respectivamente), embora tenha flutuado abaixo do nível de 200 pontos durante o período. No caso da taxa de câmbio, o Banco viu acontecer um processo semelhante com a paridade frente ao dólar saltando de R\$5,48/US\$ ao final de junho de 2020 para R\$5,64/US\$ no encerramento do terceiro trimestre deste ano, ainda que tenha sido negociada próxima a R\$5,11/US\$ ao longo do período. Em ambos os casos, o Santander avalia que o gatilho para a piora registrada frente aos níveis mínimos observados no terceiro trimestre diz respeito à intensificação das dúvidas quanto à dinâmica fiscal brasileira para os próximos anos.

Portanto, para que haja melhora no desempenho destes indicadores, o Banco avalia que serão necessárias medidas que sinalizem maior comprometimento do governo brasileiro com a reversão da trajetória ascendente de gastos públicos esperada para os anos à frente. Na visão do Santander, isto só será possível com a retomada de reformas estruturais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2. Desempenho

2.1) Resultado Societário (elaboradas de acordo com as normas da International Financial Reporting Standards (IFRS))

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	9M20	9M19	variação anual %	3T20	2T20	variação trimestral %
Receita Líquida com Juros	33.246,0	33.069,1	0,5	11.116,6	10.692,6	4,0
Receitas de instrumentos de patrimônio	24,1	9,0	167,1	5,5	16,2	(66,2)
Resultado de equivalência patrimonial	80,4	96,7	(16,9)	31,0	19,3	60,4
Tarifas e Comissões (líquidas)	11.795,4	11.554,0	2,1	4.026,6	3.523,8	14,3
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	(16.527,7)	(1.872,5)	782,6	(1.214,8)	(2.222,6)	(45,3)
Outras despesas operacionais (líquidas)	(422,7)	(986,5)	(57,1)	15,8	(184,8)	(108,5)
Total de Receitas	28.195,4	41.869,7	(32,7)	13.980,5	11.844,5	18,0
Despesas administrativas	(12.629,8)	(12.433,3)	1,6	(4.340,9)	(4.100,5)	5,9
Depreciação e amortização	(1.912,2)	(1.768,5)	8,1	(665,3)	(628,1)	5,9
Provisões (líquidas)	(1.371,8)	(1.904,1)	(28,0)	(388,2)	(353,8)	9,7
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(13.930,0)	(9.643,3)	44,5	(3.840,5)	(6.613,0)	(41,9)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	219,6	0,4	57.695,3	0,7	14,5	(95,1)
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	36,6	(111,1)	(132,9)	8,8	14,8	(40,8)
Resultado Operacional Antes da Tributação	(1.392,3)	16.009,9	(108,7)	4.755,1	178,4	2.565,4
Impostos sobre a renda	11.122,1	(4.886,3)	(327,6)	(951,1)	1.881,2	(150,6)
Lucro Líquido Consolidado do Exercício	9.729,9	11.123,6	(12,5)	3.804,0	2.059,6	84,7

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO	9M20	9M19	variação anual %	3T20	2T20	variação trimestral %
(R\$ Milhões)						
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(1.392,3)	16.009,9	(108,7)	4.755,1	178,4	2.565,4
Hedge Cambial	17.519,2	2.411,7	626,4	2.071,8	3.145,2	(34,1)
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	16.126,9	18.421,6	(12,5)	6.826,9	3.323,6	105,4

IMPOSTO SOBRE A RENDA	9M20	9M19	variação anual %	3T20	2T20	variação trimestral %
(R\$ Milhões)						
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.122,1	(4.886,3)	327,6	(951,1)	1.881,2	(150,6)
Hedge Cambial	(17.519,2)	(2.411,7)	626,4	(2.071,8)	(3.145,2)	(34,1)
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado	(6.397,1)	(7.298,0)	(12,3)	(3.022,9)	(1.264,0)	139,2

A rápida adaptação do Banco a cenários diversos, suportada por uma sólida posição de balanço e um modelo de negócios bem definido, possibilitou a captura de importantes oportunidades no período, priorizando sempre as necessidades dos clientes. Nesse sentido, oferecemos um plano de prorrogação de parcelas de vários tipos de financiamentos concedidos para os clientes com objetivo de proporcionar maior capacidade financeira. No período findo em 30 de setembro de 2020, foi constituída uma provisão extraordinária de R\$3,2 bilhões suportada por premissas baseadas em cenários de stress. Além disso, O Banco seguiu com evolução contínua dos nossos modelos de riscos, que ajudou na manutenção, em patamares controlados, da qualidade da carteira de crédito. Como efeito das nossas ações no período, observamos crescimento das margens enquanto atingimos o melhor patamar histórico do índice de eficiência.

O lucro líquido gerencial atingiu R\$5.989 milhões, queda 15,9% em doze meses e 44,6% no trimestre. Excluindo o efeito da despesa extraordinária de provisão, o lucro líquido somou R\$7.749 milhões, alta de 8,8% em doze meses e 1,1% em três meses.

O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ajustado pelo ágio, atingiu 17,1% no primeiro semestre, queda de 4,2 p.p. e 12,0% em três meses. Excluindo a despesa extraordinária de provisão, o ROAE foi de 22,1% no primeiro semestre, aumento de 0,8 p.p. em doze meses, e 0,4 p.p. menor em três meses.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e

Luxemburgo

e da subsidiária Santander Brasil EFC

(R\$ Milhões)

	9M20	9M19	variação anual %	3T20	2T20	variação trimestral %
Varição Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	21.807,26	3.525,9	518,49	2.449,38	697,0	251,40
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(40.098,66)	(5.994,8)	568,89	(4.587,68)	(4.024,5)	13,99
IR/CSLL	17.519,22	2.411,7	626,42	2.071,83	3.145,2	(34,13)
PIS/Cofins - Despesas tributárias	772,19	57,2	1.249,98	66,47	178,8	(62,83)

2.2) Ativos e Passivos

Balço Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Set/20	Dez/19	variação anual %
Disponibilidades	18.331,0	20.127,4	(8,9)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	42.820,5	32.342,3	32,4
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	81.480,1	57.020,9	42,9
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	368,0	171,5	114,7
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	107.073,9	96.120,2	11,4
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	542.310,0	474.680,9	14,2
Derivativos Utilizados como Hedge	1.321,1	339,9	288,6
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	1.187,8	1.325,3	(10,4)
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.135,5	1.070,8	6,0
Ativos Fiscais	46.955,9	33.599,2	39,8
Outros Ativos	8.732,5	5.061,3	72,5
Ativo Tangível	9.515,9	9.782,0	(2,7)
Ativo Intangível	30.678,3	30.595,8	0,3
Total do Ativo	891.910,5	762.237,5	17,0
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	68.458,5	46.064,7	48,6
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	6.149,4	5.319,4	15,6
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	675.137,2	575.230,4	17,4
Derivativos Utilizados como Hedge	232,3	201,0	15,6
Provisões	14.510,6	16.331,8	(11,2)
Passivos Fiscais	9.492,3	10.960,1	(13,4)
Outras Obrigações	14.121,7	10.920,9	29,3
Total do Passivo	788.102,0	665.028,3	18,5
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador	103.495,4	96.650,6	7,1
Participações Não-Controladoras	313,2	558,6	(43,9)
Total do Patrimônio Líquido	103.808,5	97.209,2	6,8
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	891.910,5	762.237,5	17,0

2.3) Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 6,8% em comparação a 31 de dezembro de 2019.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A variação do Patrimônio Líquido entre 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foi decorrente, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial positivo em planos de benefícios a funcionários no montante de R\$664.974 e dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento no montante de R\$130.049 (líquidos dos efeitos tributários), em decorrência da remensuração das obrigações atuariais por conta da mudança nas taxas de juros ocasionada pelo cenário macroeconômico observado no primeiro semestre de 2020 e pelo lucro líquido do período no montante de R\$9.729.890.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº11.

2.4) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2019 foi de 10,5%, composto de 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,5% e o Capital Principal Mínimo para 7,0%.

Para o ano base 2020, a exigência de PR permanece em 10,25%, incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital e 1,0% de Adicional Sistemático. O PR Nível I atinge 8,25% e o Capital Principal Mínimo 6,75%.

Diante do cenário de pandemia, o Banco Central do Brasil vem monitorando o mercado brasileiro e estabeleceu um conjunto de normativos para minimizar os impactos da pandemia. No caso de capital, estabeleceu a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal de 2,5% para 1,25%, visando ampliar a capacidade de concessão de novas operações de crédito.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Set/20	Dez/19
Índice de Basileia Nível I	13,58	13,97
Índice de Basileia Capital Principal	12,28	12,90
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,86	15,04

2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	PL	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito(1)	Particip. %
Aymoré Crédito. Financiamento e Investimento S.A.	48.310,2	1.304,4	328,9	46.083,4	100%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	33.909,0	2.019,6	209,9	-	100%
Banco Bandepe S.A.	29.137,5	5.348,7	74,5	-	100%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	7.146,9	5.878,9	138,9	2.001,2	100%
Santander Corretora de Seguros. Investimento e Serviços S.A.	6.030,2	3.468,5	447,7	-	100%
Santander Brasil. Establecimiento Financiero de Credito. S.A.	5.396,3	4.984,3	1,9	-	100%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.	1.760,7	1.728,9	58,3	-	100%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.245,9	715,4	71,3	-	100%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Eventos Societários

Durante o período findo em 30 de setembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº2.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 26 de outubro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander referentes, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020.

Em 01 de setembro de 2020, ratificar as deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 21 de maio de 2020, que tratou da eleição dos membros do Comitê de Auditoria do Banco para um novo mandato.

Em 28 de agosto de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Rafael Bello Noya, Diretor sem designação específica do Banco.

Em 29 de julho de 2020, aprovar (i) a proposta da incorporação da Bosan Participações S.A. pelo Banco; (ii) a proposta da incorporação do Banco Olé Consignado S.A. pelo Banco e (iii) a convocação de Assembleia Geral Extraordinária do Banco para o dia 31 de agosto de 2020, às 15 horas, com a finalidade de deliberar as seguintes matérias: (a) ratificar a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa especializada responsável pela elaboração dos respectivos laudos de avaliação das Incorporadas; (b) aprovar os Laudos de Avaliação; (c) aprovar o Protocolo e Justificação da Bosan; (d) aprovar a incorporação da Bosan pelo Banco; (e) aprovar a incorporação do Banco Olé pelo Banco; e (g) autorizar a prática, pelos administradores do Banco, de todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das Incorporações.

Em 28 de julho de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco Santander referentes, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de junho de 2020.

Em 28 de julho de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 770 milhões para pagamento a partir do dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 03 de julho de 2020, aprovar a eleição do Sr. João Marcos Pequeno De Biase como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 29 de junho de 2020, aprovar (i) a saída do Sr. René Luiz Grande da função de membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; e a (ii) a eleição do Sr. René Luiz Grande para a função de membro do Comitê de Auditoria do Banco.

Em 12 de junho de 2020, aprovar a eleição da Sra. Virginie Genès-Petronilho como membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de maio de 2020, aprovar a alteração dos Regimentos Internos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e Compliance.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a eleição dos membros do Comitê de Auditoria do Banco para um novo mandato, são eles: Sra. Deborah Stern Vieitas, Sr. Luiz Carlos Nannini e Sra. Maria Elena Cardoso Figueira.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a nova versão da Política de Remuneração, conforme recomendação positiva do Comitê de Remuneração, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Em 21 de maio de 2020, aprovar a implantação local das versões apresentadas para as Políticas de: (i) Responsabilidade Social; (ii) Investimento Social, e (iii) Cultura Corporativa, conforme recomendação positiva do Comitê de Sustentabilidade.

Em 28 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Pedro Augusto de Melo como membro e Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco.

Em 27 de abril de 2020, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 890 milhões para pagamento a partir do dia 26 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de abril de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander referentes, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 31 de março de 2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 23 de abril de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Celso Clemente Giacometti aos cargos de membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro do Comitê de Remuneração do Banco; (ii) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê de Nomeação e Governança do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; (iii) aprovar a exoneração do Sr. Bernardo Parnes da função de Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; (iv) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê Riscos e Compliance do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; e (v) aprovar a exoneração do Sr. José Roberto Machado Filho, Diretor Executivo do Banco.

Em 07 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Marcelo Augusto Dutra Labuto como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 28 de fevereiro de 2020 aprovar a exoneração do Sr. Ulisses Gomes Guimarães, Diretor sem designação específica do Banco; (ii) conhecer a renúncia do Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho, Diretor sem designação específica do Banco; e (iii) aprovar a eleição do Sr. Sandro Rogério da Silva Gamba como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 26 de fevereiro de 2020, aprovar o Formulário 20-F do Banco Santander referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Em 26 de fevereiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Em 03 de fevereiro de 2020, aprovar a eleição dos Srs. Sandro Kohler Marcondes, Vítor Ohtsuki e Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto como Diretores sem designação específica.

Em 28 de janeiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As deliberações do Conselho de Administração do ano de 2019, estão descritas no Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada de 31 de dezembro de 2019.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 36 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes,

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2020.

7. Pessoas

As pessoas são elemento essencial na Organização. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 45.147 funcionários aqui no Brasil.

Para o desenvolvimento dessas pessoas, a Academia Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma online e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades.

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQ+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

O resultado de todas essas ações é o alto índice de engajamento, comprovado por meio de duas pesquisas que são realizadas anualmente e que trazem excelentes indicadores. Um deles aponta que pelo menos 91% dos funcionários afirmam desejar permanecer no Banco Santander por um bom tempo. Acredita-se que essa satisfação reflete positivamente nas interações com os Clientes, gerando maior vinculação, crescimento sustentável e investimentos na Sociedade, o que encaminha o Banco Santander a ser o melhor Banco para todos os stakeholders.

Desde 2007, o banco realiza a Semana Santander, uma semana que tem como objetivo celebrar a cultura institucional e se conectar com a comunidade, por meio de iniciativas que mobilizam os mais de 45 mil colaboradores. Na edição de 2020, os desafios impostos pela pandemia motivaram a instituição a extrapolar as fronteiras das agências e dos prédios corporativos, convidando toda a sociedade para participar, multiplicando o efeito da campanha anual. Todo o esforço conjunto foi revertido ao projeto “Mães da Favela”, da Central Única das Favelas (CUFA), que apoia mães chefes de família de mais de 5 mil favelas pelo Brasil a cuidarem de suas casas e suas comunidades. E uma ação inédita marcou o encerramento: “O Canal é Seu”, uma virada de 12 horas em mais de 20 TVs, rádios e portais, que se revezaram, a cada 30 minutos, para exibir uma programação especial com artistas e influenciadores que convidaram os telespectadores a participar da iniciativa.

Além da arrecadação de R\$ 7.226 milhões que serão distribuídos às Mães da Favela em forma de cesta básica digital, também nos dias da Semana Santander, parte do comitê executivo visitou quatro das instituições apoiadas pelo Banco desde o início da pandemia, tendo a oportunidade de conhecer mais de perto o impacto causado pela ação feita com os colaboradores e o programa Heróis Usam Máscaras. Líderes do banco foram também até as filiais da CUFA em diversas regiões do país para conhecer de perto o grande trabalho feito pela organização, e, mais uma vez, assumiram funções em áreas relevantes do dia a dia, como a recepção, limpeza, alimentação, entre outras. 2020 foi a disseminação do #efeitosantander para todo o Brasil!

8. Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso estratégico e eficiente dos Recursos Ambientais, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão do Banco, por meio desses pilares é contribuir com uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Em relação aos Negócios Socioambientais, o Santander no terceiro trimestre: i) participou da emissão do Sustainable Linked-Bond de dívida da Suzano no valor de \$750 milhões. Essa foi a segunda operação realizada no mundo de Sustainable Linked-Bond, que é um novo instrumento internacional de dívida no qual uma empresa capta recursos atrelados ao cumprimento de metas ambientais; ii) lançou uma linha de R\$5 bilhões para apoiar as iniciativas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e drenagem pluvial; iii) atuou como escriturador e intermediário dos CBios da Oleoplan, que é uma das primeira empresas de biodiesel a vender créditos de descarbonização; e iv) em parceria com outros dois pares privados, apresentou um plano integrado com o objetivo de contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em 2020, o Santander Brasil recebeu atualizações sobre seu desempenho no rating de Agências ASG (ambiental, social e governança). Permanece no ranking da Vigeo Eiris de 'Best Emerging Market Performers'; recebeu melhorias em sua pontuação na análise da FTSE4Good, estando acima da média do setor (Bancos), da indústria (financeiro) e também da média das empresas brasileiras; e em relação a MSCI, continua com AA (em uma escala de AAA-CCC), estando acima da média do setor em quase todas as dimensões.

Decorrente do cenário da crise de saúde global, o Banco Santander tem promovido ações para apoiar os clientes e a sociedade. Uma dessas ações inclui o apoio a cinco instituições que estão atuando na linha de frente no combate ao Covid-19. Mais de R\$7 milhões foram arrecadados, metade dos valores doados por funcionários e a outra metade dobrada pelo Banco. Outras ações podem ser conferidas no website do Santander, por meio do link <https://www.santander.com.br/campanhas/cuidar>.

9. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no período findo em 30 de setembro de 2020, não foram prestados pela *PricewaterhouseCoopers* serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a *PricewaterhouseCoopers* dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o período findo em 30 de setembro de 2020, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 26/10/2020).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de setembro de 2020:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mário Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudence Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

João Marcos Pequeno de Biase

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas de acordo com o critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de setembro de 2020:

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Ede Ilson Viani
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mário Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
João Marcos Pequeno de Biase
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Augusto Dutra Labuto
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomas Gregor Ilg
Vítor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Composição dos Órgãos da Administração

Conselho de Administração

Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Presidente
Sérgio Agapito Lires Rial - Vice-Presidente
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente)
Jose Antonio Alvarez Alvarez – Conselheiro
José de Paiva Ferreira – Conselheiro
José Maria Nus Badía – Conselheiro
Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora
Luiz Carlos Nannini – Membro Técnico Qualificado
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro
René Luiz Grande – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro José de Paiva Ferreira – Membro
José de Paiva Ferreira – Membro
Virginie Genès-Petronilho – Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marília Artimonte Rocca – Coordenadora
Carlos Aguiar Neto – Membro
Carlos Rey de Vicente – Membro
Mario Roberto Opice Leão – Membro
Tarcila Reis Corrêa Ursini – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Coordenador
Deborah Patricia Wright – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro

Conselho Fiscal *

João Guilherme de Andrade So Consiglio - Membro efetivo (Presidente)
Antonio Melchiades Baldisera - Membro efetivo
Louise Barsi - Membro efetivo
Manoel Marcos Madureira - Membro suplente
Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente
Valmir Pedro Rossi - Membro suplente

*O Conselho Fiscal foi instalado nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2020, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 10 de julho de 2020, data esta em que tomaram posse nos respectivos cargos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mário Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

João Marcos Pequeno de Biase

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

Contador

Gilberto Cabeleira Alves – CRC N° PR040031/ O-7